

# ARQUITETURA E MEMÓRIA

## CONIMBRIGA E O AQUEDUTO ROMANO

A *ÁGUA* ENQUANTO PROMOTORA DE INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO

*Marília Simões Cardoso Santos*



Dissertação de Mestrado em Arquitetura, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Henrique Moura Rodrigues Martins, apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.







# ARQUITETURA E MEMÓRIA

CONIMBRIGA E O AQUEDUTO ROMANO

A *ÁGUA* ENQUANTO PROMOTORA DE INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO



*Em memória do meu avô*



*Ao Professor Doutor Carlos Henrique Moura Rodrigues Martins e  
ao Professor Doutor João Paulo Mendes Seiça da Providência Santarém,  
pelo contributo, orientação e disponibilidade.*

*À senhora Maria Teresa pelo carinho, entusiasmo e documentação.*

*À minha avó pelo amor, dedicação e apoio.*

*Ao meu pai pelo exemplo.*

*Às minhas irmãs pela paciência e carinho.*

*À minha mãe pela preocupação e apoio.*

*Ao David pela lealdade, suporte e incentivo.*

*Aos restantes familiares e amigos,  
aos que tornaram possível a conclusão deste trabalho,*

*um sincero agradecimento.*



## Resumo

A *água* é um recurso de valor funcional, estando vinculada a serviços básicos de subsistência e higiene. É um elemento capaz de gerar continuidades e descontinuidades. Isto é, qualquer condução hídrica, de apoio natural ou artificial, tem a capacidade de promover, articular e condicionar qualquer intervenção humana no território. A conformação de um ambiente construído traduz o reconhecimento das potencialidades naturais do território, em particular, da qualidade e capacidade dos seus recursos hídricos.

A *memória* do território, latente aos limites municipais de Condeixa-a-Nova, reflete a submissão do desenvolvimento urbano à implantação e constituição dos cursos naturais de água. Exemplo dessa sujeição são os vestígios do *oppidum* romano de *Conimbriga*, os quais testemunham, não só a fixação de uma sociedade organizada política, social e urbanisticamente, mas também o culto, de valor simbólico e sagrado, dedicado por esta sociedade a este recurso. Desses vestígios destacam-se o aqueduto romano, indispensável ao abastecimento da cidade e dos equipamentos termais, exemplos maiores da arquitetura pública.

A estação arqueológica de Conimbriga é um dos exemplos de ocupação romana salva pelo abandono prematuro e conseqüente ocultação natural. Embora não levante questões relacionadas com os impedimentos inerentes a escavações em ambientes urbanos, surge como um vestígio isolado e desarticulado com os núcleos urbanos próximos. Por isso, a presente dissertação de mestrado propõe o desenvolvimento de uma proposta de intervenção de articulação urbana entre Conimbriga e Alcabideque. Esta proposta, resumidamente, preconiza o desenvolvimento de um percurso, dedicado a mobilidades lentas, que se cinge à área de implantação do aqueduto romano de *Conimbriga*. Além disso, pressupõe a salvaguarda e valorização do património arquitetónico e arqueológico, através do reforço das infraestruturas de suporte à articulação e coesão territorial, reduzindo o isolamento do sítio arqueológico, restituindo a linha do aqueduto romano, e dotando de qualidade turística a visita à estação arqueológica.

Esta proposta de intervenção individual é intrínseca a um plano estratégico de intervenção de salvaguarda patrimonial dedicado a Conimbriga, sob o título *Arquitetura e Memória: interpretação e valorização do sítio arqueológico*. Não deve ser entendida como uma proposta estanque, merecendo a posterior integração num plano de escala concelhia ou distrital.

*Palavras-chave:* água, território, património arqueológico, Conimbriga, Alcabideque, aqueduto romano, plano de salvaguarda, estação arqueológica.



*Water* is a resource of functional value, being linked to basic subsistence and hygiene services. It is an element capable of generating continuities and discontinuities. That is, any hydraulic conduction, of natural or artificial support, has the capacity to promote, articulate and regulate any human intervention in the territory. The shape of a built environment reflects the recognition of the natural potential of the territory, in particular, the quality and capacity of its water resources.

The *memory* of the territory, implied to the municipal limits of Condeixa-a-Nova, reflects the submission of urban development to the deployment and constitution of the natural water courses. Examples of this subjection are the vestiges of the Roman *oppidum* of *Conimbriga*, which testify not only the establishment of a politically, socially and urbanistically organized society, but also the worship, of symbolic and sacred value, dedicated by this society to this resource. Of these vestiges stand out the Roman aqueduct, indispensable for the city supply, and the thermal equipment, greater examples of the public architecture.

The archaeological station of Conimbriga is one of the examples of Roman occupation, saved for the premature abandonment and resulting natural concealment. Although it does not raise issues related to the inherent obstacles to excavations in urban environments, it appears as an isolated and disjointed vestige with the surrounding urban centres. Therefore, this thesis proposes the development of an intervention proposal for urban articulation between Conimbriga and Alcabideque. This proposal, in brief, advocates the development of a course, dedicated to slow mobilities, which is confined to the implementation area of the Roman aqueduct of *Conimbriga*. In addition, it assumes the safeguarding and appreciation of architectural and archaeological heritage, through the reinforcement of support infrastructure to territorial connection and cohesion, reducing the isolation of the archaeological site, restoring the line of the Roman aqueduct, and endowing tourist quality to any visit in the archaeological station.

This proposal of individual intervention is inherent to a strategic intervention plan of patrimonial safeguard dedicated to Conimbriga, under the title *Architecture and Memory: interpretation and appreciation of the archaeological site*. It should not be understood as a watertight proposal, deserving further integration into a district or county scale plan.

*Keywords:* water, territory, archaeological heritage, Conimbriga, Alcabideque, Roman aqueduct, safeguard plan, archaeological station.



## Sumário

Introdução	15
<b>MEMÓRIA</b>	
Algumas considerações	71
<b>ARQUITETURA</b>	
Projeto de recuperação e valorização patrimonial da aldeia de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova.	87
Projeto de restauro e reabilitação do teatro romano de Sagunto, Valência, Espanha.	93
Plano estratégico de intervenção de salvaguarda do património arqueológico de Conimbriga de título <i>Arquitetura e Memória: interpretação e valorização do sítio arqueológico.</i>	101
Proposta de intervenção individual intrínseca à articulação urbana entre Conimbriga e Alcabideque, considerando o traçado original do aqueduto romano.	107
Núcleo Social e Cultural	111
Núcleo Arqueológico	113
Considerações finais	117
Referências bibliográficas	121
Fontes de imagens	131



A natureza da condição humana impele, como nas palavras do geógrafo e historiador grego Heródoto, à necessidade de *pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro*. Para qualquer discípulo de arquitetura, esta condição traduz-se no estudo do património, arquitetónico e arqueológico, na consideração e interpretação da sua história, da sua memória, e necessariamente, na averiguação da sequência de acontecimentos que instituem a sua paisagem.

De facto, qualquer *fragmento de uma arquitectura do passado (...) denuncia (...) uma presença* (Dias & Alarcão, 2008, p. 7). O fascínio por essa presença não está, meramente, associado à possibilidade de restituição de um edifício ou monumento, mas às particularidades multidisciplinares que essa restituição compreende, específicos de uma cultura ou identidade civilizacional.

A arquitetura, enquanto *utilitas* (Vitruvius, Maciel & Howe, 2006, p.41), existe da necessidade do ser humano de se proteger contra intempéries e, mesmo nesse momento, a sua formalização física manifesta níveis de discernimento, convicção e conhecimento próprios, de um indivíduo ou de uma sociedade. Isto é, a arquitetura, com ou sem intenção, gera *memória*, imprimindo-a na obra e, necessariamente, no território em que se implanta. Além disso, a arquitetura é uma disciplina em constante transformação. Considerando o princípio latino que *ex nihilo nihil fit* (nada nasce do nada), a arquitetura compreende o estudo de exemplos precedentes e, em último caso, o estudo da natureza e da paisagem. A obra arquitetónica decorre, sem dúvida, da interpretação da *história do lugar* e da relação com a realidade envolvente. Daí, a importância do estudo da *memória*, no desenvolvimento do trabalho do arquiteto.

O tema e conteúdo, desta dissertação, surgem da consciência do vínculo recíproco entre *Arquitetura e Memória* e, como consequência do trabalho desenvolvido na unidade curricular anual de *Projeto V*, lecionada pelo Professor Doutor João Paulo Mendes Seíça da Providência Santarém, durante o ano letivo 2014/2015, sob o tema *Conímbriga - Arquitetura e Memória: Interpretação e valorização do sítio arqueológico*. Considerando, naturalmente, os vestígios de ocupação romana, do território identificado no título, todos os objetivos convergiram para a consolidação de um plano estratégico de intervenção capaz de dotar a antiga cidade romana de infraestruturas e equipamentos adequados à sua preservação, divulgação e visitação, além de, prever a sua articulação com localidades contíguas, nomeadamente, Condeixa-a-Velha, Condeixa-a-Nova, Alcabideque e Rabaçal. Embora, esta dissertação desenvolva um tema específico, e necessariamente, apresente autonomia, é somente compreendida, em plenitude, na sua inclusão na estratégia de grupo.



Esta dissertação, intitulada *Arquitetura e Memória. Conimbriga e o aqueduto romano: a água enquanto promotora da intervenção no território*, surge da consciência milenar, de que *entre todas as coisas, parece que nenhuma apresenta tantas utilidades quanto a água, pela simples razão de que, podendo a natureza de todos os seres vivos manter a sua vida se for privada do fruto do cereal, de vegetais, de carne ou de peixe, valendo-se do que lhe restar disto como alimento, sem água nem os seres vivos nem mesmo alguma substância alimentar poderá surgir, manter-se ou mesmo desenvolver-se.* (Vitrúvio, Maciel & Howe, 2006, p. 309). Surge, igualmente, das manifestas qualidades e potencialidades naturais do território em estudo, nomeadamente, da presença abundante de água, que determinou a sua sucessiva ocupação. Na valorização dos recursos hídricos para a fixação e desenvolvimento urbanos, o *oppidum* de *Conimbriga* é testemunho da *memória*, literária e construída, da sociedade romana. A água, para esta sociedade, além de estar vinculada aos seus serviços básicos de subsistência e higiene, alcança valores simbólicos e sagrados. O culto destes valores é expresso na arquitetura privada e pública, com reflexos na construção de infraestruturas e equipamentos hidráulicos. Em *Conimbriga*, estes reflexos são materializados através da construção do aqueduto romano e dos edifícios termais.

A justificação do tema e conteúdo, e a própria formalização do título desta dissertação, está vinculada à visão do arquiteto sobre o tema-génese desta reflexão. Contudo, surge a necessidade, de adulterar, deliberadamente, a posição dos dois conceitos, *Arquitetura* e *Memória*, de modo a desenvolvê-los individualmente, e assim criar um fio condutor que guie este trabalho. Por isso, esta dissertação divide-se em dois capítulos fundamentais.

O primeiro capítulo, denominado de *Memória*, expõe todos os momentos e realidades que sobrepostos fazem deste território o que ele é. Retrata, particularmente, as motivações e circunstâncias da ocupação romana, e as causas e consequências do abandono prematuro deste núcleo urbano. Em forma de conclusão, analisa as propriedades atuais do território contíguo ao sítio arqueológico, considerando a descoberta e estudo, relativamente recente, dos vestígios escavados e expostos, e a indiscutível falta de articulação entre *Conimbriga* e os núcleos urbanos próximos, com relevo para *Condeixa-a-Velha* e *Alcabideque*. Além disso, considera, como fundamental, a integração dos vestígios do aqueduto romano, notabilizando as suas características funcionais, simbólicas e arquitetónicas. Repõe a linha temporal de evolução do território e, reforça o juízo de Miguel Torga, de que *cada época é definida pelo que apresenta de novo, de especificamente seu. Pode não ser um alto pensamento filosófico, uma grande reforma moral, uma arte requintada, uma ciência generosa. Mas há-se ser a dádiva de qualquer uma dessas manifestações humanas, ou todas, numa concepção inteiramente inédita, original, inconcebível noutra tempo da história.*



Embora concordando com a posição do escritor, este capítulo, acrescenta que as motivações subjacentes à ocupação desta área geográfica, não só pela sociedade romana, mas por outras comunidades étnico-sociais, apresentam semelhanças claras, e surgem em consequência de realidades precedentes. Pois, a paisagem deste território, resulta de um processo de *palimpsesto*, ou seja, da sobreposição sequencial de acontecimentos, os quais cronologicamente, recuam à idade da pedra polida. Este capítulo engloba ainda as últimas intervenções realizadas recentemente com o propósito de administrar e proteger o sítio arqueológico e, as quais alteraram, significativamente, a imagem desta região.

O segundo capítulo, *Arquitetura*, compreende, em primeiro lugar, a reflexão crítica sobre o tema *intervenção sobre património (arqueológico)*, considerando pensamentos e perspetivas distintas. Caracteriza, em particular, *o conceito/ processo de reabilitação*, o qual pressupõe a reconstrução parcial ou integral de uma obra, transpondo a mera preservação e, por isso, propondo a reedificação da mesma, segundo a eleição de um momento temporal específico. De acordo com esta definição, surgem exemplos físicos, em Conímbriga, decorrentes de intervenções de consolidação das ruínas, e aos quais se faz uma breve referência. Contudo, a eleição, de outros casos de estudo, revela-se mais adequada, a esta reflexão crítica. Daí a escolha das intervenções de Alexandre Alves Costa e Sergio Fernández, no *oppidum* romano de Idanha-a-Velha e, de Giorgio Grassi e Manuel Portaceli, no teatro romano de Sagunto.

Conclusivamente, todo o conteúdo teórico apresentado, nos dois capítulos desta dissertação, introduz e justifica a proposta de intervenção individual. A proposta considera o traçado do *aqueduto romano de Conímbriga*, uma infraestrutura, cuja implantação deve ser utilizada como instrumento de articulação urbana, entre Conímbriga e Alcabideque, e considera as linhas de água latentes ao território, fundamentais à expansão urbana e rural, nomeadamente, na construção de habitações e desenvolvimento de atividades agrícolas.

Conímbriga constitui-se como um caso particular no contexto arqueológico, pois todas as escavações estão isentas de contrariedades inerentes a trabalhos em áreas urbanizadas. O abandono da cidade romana permitiu o bom estado de conservação das construções, proporcionando, desde cedo, o investimento arqueológico neste local. Embora o investimento científico e humano tenha sido significativo, esta cidade romana encontra-se parcialmente escavada. Apesar de toda a distinção arqueológica, nacional e internacional, atribuída a esta estação, a verdade é que a falta de investimento, principalmente financeiro, não permite uma administração eficiente. Mesmo a compreensão do conjunto da estação é limitada pela definição incoerente dos limites do *oppidum*.



Os trabalhos precedentes, de maior mérito, sobre Conimbriga resultam de publicações onde são descritas as particularidades dos trabalhos de escavação, e enumerados os vários vestígios recolhidos. De entre todos, merecem ênfase, pela sua relevância para este trabalho, por ordem cronológica, a publicação *Ruínas de Conimbriga* do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios Nacionais, vol. 52/53; o livro *O aqueduto romano de Conímbriga: relatório preliminar*, da autoria de Robert Étienne e Jorge de Alarcão, no qual é apresentado um estudo pormenorizado da infraestrutura hidráulica romana; o conjunto bibliográfico intitulado *Fouilles de Conimbriga*, dos mesmos autores, no qual são expostos os trabalhos arqueológicos realizados, considerando sempre, em paralelo, a contextualização histórica tanto do edificado como dos objetos; e, finalmente, a recente publicação, da autoria de um grupo multidisciplinar de profissionais, intitulada *A água e a persistência do Homem: a torre da nascente de Alcabideque, regadios e Aqueduto de Conímbriga*. Também de salientar algumas produções científicas de interesse, nomeadamente, a dissertação em arqueologia, de Maria Pilar dos Reis, intitulada *As Termas e balneários romanos da Lusitânia*, relativa aos edifícios termais públicos; a dissertação de doutoramento em arquitetura, de Pedro de Alarcão e Silva, com o título *Construir na Ruína: a propósito da cidade romanizada de Conimbriga*; e, finalmente, a dissertação de mestrado em arquitetura, de João Pedro Pires Pissarra Reis, com o título *Rotas interpretativas – Condeixa-a-Nova: transição entre o baixo Mondego – Vales do Maciço de Sicó*, cujo conteúdo, embora apresente, de igual modo, um plano estratégico intermunicipal e um percurso de ligação entre Conimbriga e Alcabideque, propõe uma implantação que acompanha a rede viária local, não sendo contíguo ao traçado do aqueduto romano.

A pertinência deste trabalho prende-se com os fatores supra descritos e tem como limite, a divulgação da cidade romana de *Conimbriga*, enquanto marco histórico e arqueológico de Portugal. Considerando o tema que rege a dissertação e a escala territorial de intervenção, o plano abrange não só a cidade intramuros, mas também os territórios adjacentes, vincando a necessidade de inserção desta estação, numa estrutura social e turística de escala territorial. Mas a projeção do património arqueológico desta região deve ser iniciada em âmbito local. Ou seja, é essencial promover a participação informada, ativa e responsável das instituições e, principalmente, dos cidadãos, já que, o conhecimento científico e cultura resultante destes trabalhos, e as inúmeras publicações relativas às escavações abrangem, apenas, um grupo específico de curiosos e profissionais. Quem sabe se, com a integração da população, na demanda de salvaguarda e valorização do património local e nacional, de interesse arquitetónico, arqueológico e ambiental, os resultados, a este respeito, se mostrem mais frutuoso.



MEMÓRIA



A memória é a *consciência inserida no tempo* (Pessoa, 2009), é o processo cognitivo subjacente à capacidade de reter, filtrar, organizar, consolidar e evocar o conhecimento, associando a toda a informação a sua ordem e posição cronológicas. É, claro está, a *tomada de consciência do passado*<sup>1</sup> e, por consequência, a inclusão de todo o indivíduo no presente, permitindo a este reconhecer-se enquanto sujeito, considerando a sua integração nos núcleos familiar e social, entre outros.

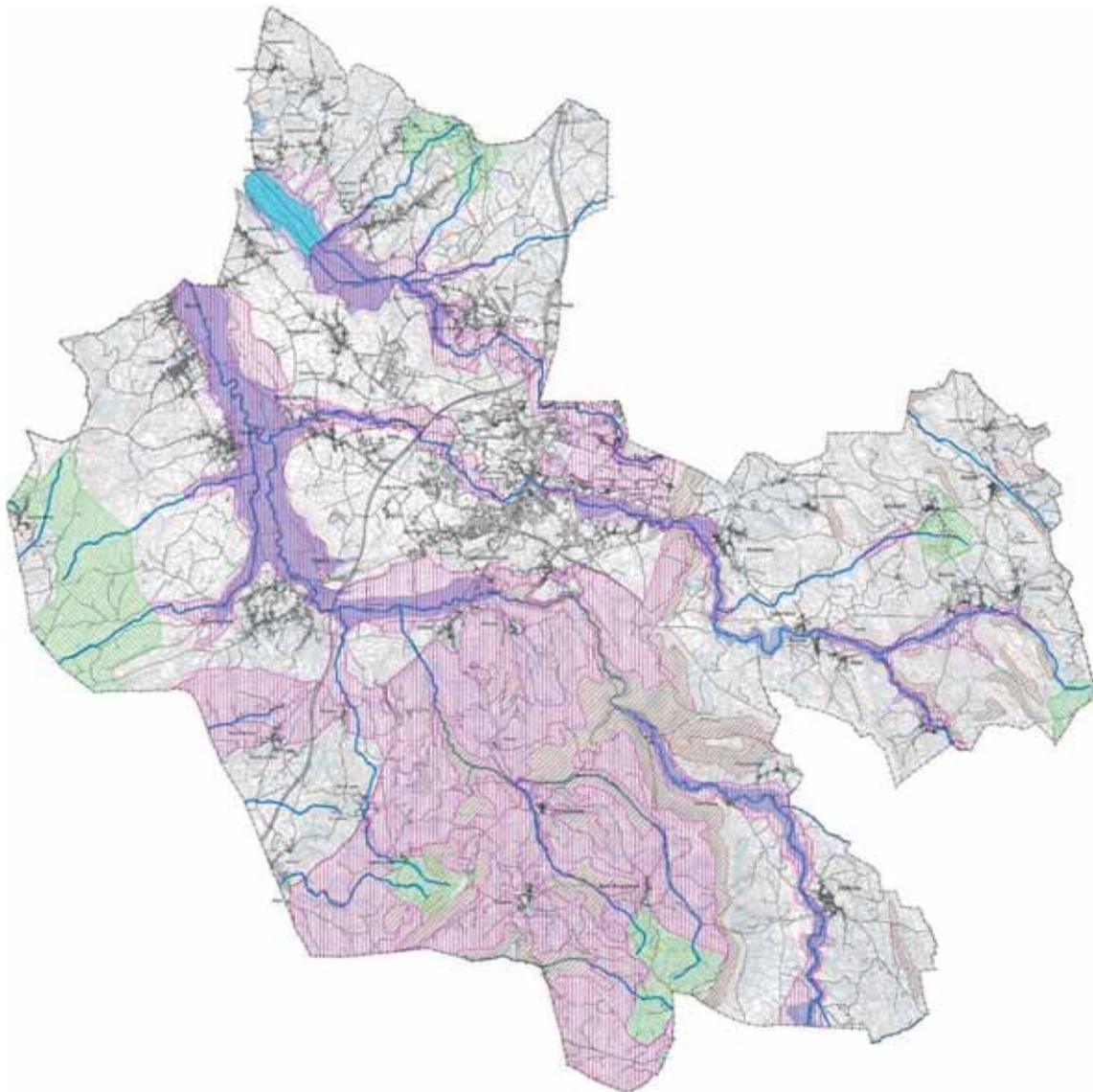
Ora, sendo a *arquitectura* uma *expressão de valores* e a cidade a *resposta às necessidades humanas* (Foster, 2014), todo património construído, naturalmente vinculado ao domínio humano, detêm e expressa valores, convicções e conhecimento a este impresso. E, necessariamente, o território, como suporte de toda a construção, sendo uma página em branco passível de ser transformada, por meio de qualquer influência ou intervenção, compreende também a capacidade de evocação da informação, conservada no tempo, sendo assim, testemunho de qualquer vestígio civilizacional. Pois, todo o *património, arquitetónico ou arqueológico*, é testemunho da identidade da civilização ou cultura que representa, já que a constituição formal de um ambiente construído não traduz, apenas, valores de ordem social, cultural, política ou urbanística, mas revela, também, o reconhecimento, o respeito e a interação com as especificidades naturais do território.

Expressamente, o conteúdo desta dissertação e, principalmente, deste primeiro capítulo, introduz a *memória* ou conjunto de memórias de um território cujos limites geográficos, em estudo, se submetem às divisões administrativas locais atuais de Condeixa-a-Velha e Alcabideque, fragmentos da União de freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, do concelho de Condeixa-a-Nova. Destes faz parte Conimbriga, um dos mais bem conservados núcleos romanos, em contexto nacional e peninsular. O concelho de Condeixa-a-Nova, no plano administrativo, pertence à Região Centro, mais especificamente ao distrito de Coimbra e integra o agrupamento de concelhos da sub-região do Baixo Mondego. Ocupa, geograficamente, a faixa litoral portuguesa, entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, das quais dista, aproximadamente, duzentos e cento e vinte quilómetros, respetivamente. Além disso, beneficia da posição de proximidade à sua sede de distrito, Coimbra, da qual dista, sensivelmente, quinze quilómetros; esta última integra a faixa perimetral que baliza o município de Condeixa-a-Nova, em comunhão com os municípios de Miranda do Corvo, Penela, Soure e Montemor-o-Velho.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Significado, parcial e literal, da palavra *memória* em Costa, J. A. & Melo, A. S. (eds.) (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa* (7.ª ed.) Porto: Porto Editora.

<sup>2</sup> Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova (2009). *1ª Revisão do Plano Director Municipal de Condeixa-a-Nova: estudos de caracterização* (vol.1). Condeixa-a-Nova: Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.



1. Planta de condicionantes (Reserva Ecológica Nacional), do concelho de Condeixa-a-Nova.

Por conseguinte, o concelho de Condeixa-a-Nova logra da sua situação geográfica central, a nível distrital, regional e nacional, sendo, direta ou indiretamente, servido por um conjunto de ligações viárias<sup>3</sup>, as quais integram a estrutura viária nacional e se constituem indispensáveis à estratégia de ocupação e desenvolvimento deste município. De salientar, o Itinerário Complementar n.º 3 enquanto ligação de maior importância na direção nascente e, a partir da qual se procede, atualmente, ao ramal de acesso ao sítio arqueológico de Conimbriga.

Especificamente, o território demarcado resulta da sua sujeição a mais de dois mil anos de influência e intervenção humanas, fruto do reconhecimento das suas qualidades naturais, ou seja, das suas características morfológicas e topográficas, climáticas e, principalmente, hídricas. Assim, (...) *o aspecto da região transforma-se completamente ao viajante que vem de Coimbra, pois a paisagem torna-se de repente pedregosa – terras calcáreas, searas de trigo, oliveiras, ciprestes e uma luminosidade límpida no céu* (Conceição & Gaspar, 1983, p. 272). Embora a paisagem deste município seja marcada, predominantemente, por superfícies planas, geomorfologicamente, divide-se entre duas morfologias distintas, a oeste, *entre serras e planaltos calcários com colinas gresosas*, do qual faz parte a área do Baixo Mondego e, a este, *entre depressões calco-margosas, serras e planaltos calcários*<sup>4</sup>, condições que revelam, a proximidade das primeiras erupções do *Maciço de Sicó*<sup>5</sup>.

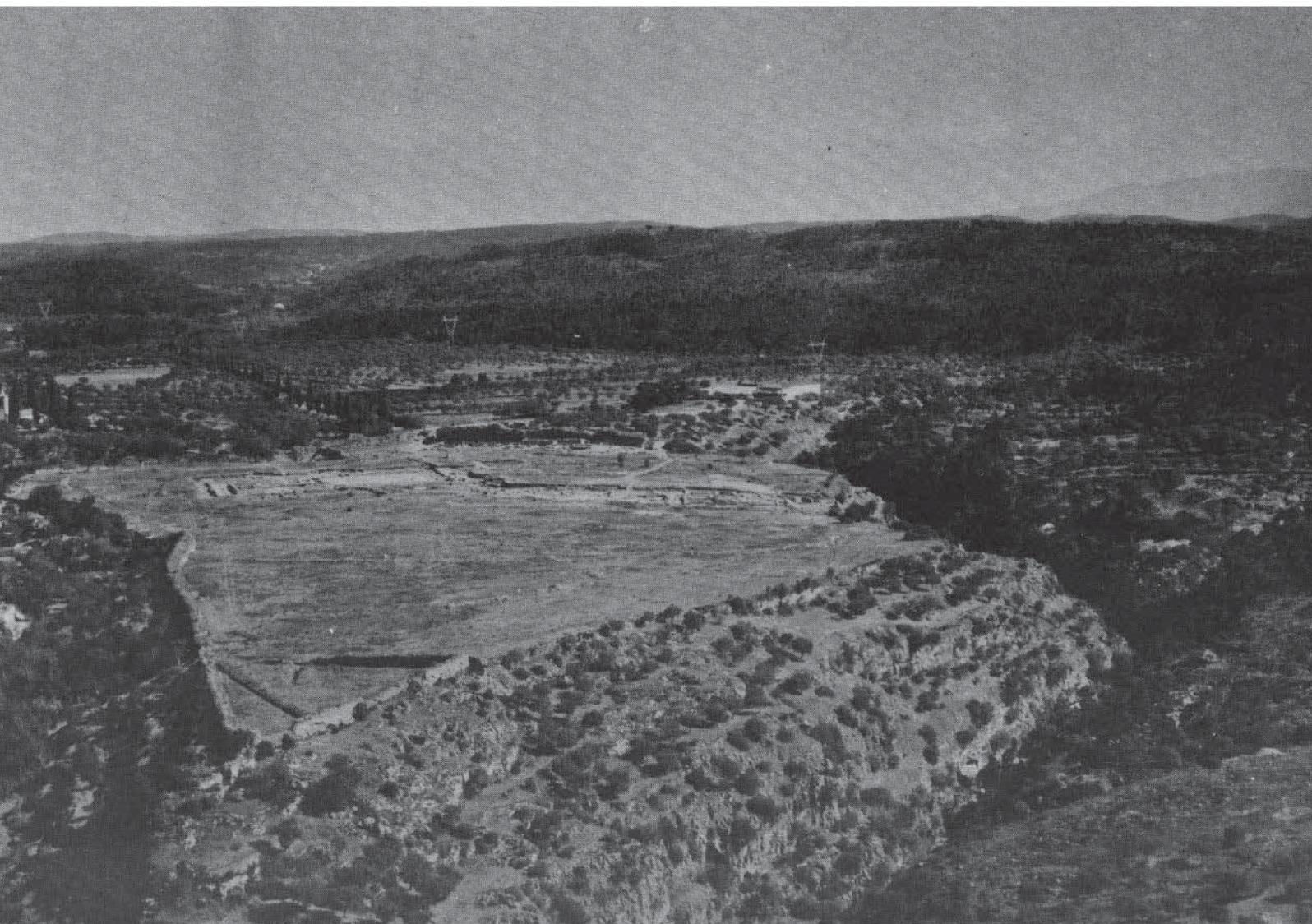
De forma geral, a nascente, as serras surgem incisivas por cursos naturais de água. De norte para sul, identificamos, em primeiro lugar, a *Ribeira de Bruscos ou Alcabideque*, a qual atravessa a localidade de Alcabideque e as serras de *Avessada* e da *Ponte*, e em segundo lugar, o *Rio de Mouros*, o qual se desenvolve ao longo de um *vale estreito e profundo, cortado abruptamente como por efeito dum cataclismo geológico* (Conceição & Gaspar, 1983, p. 272), estabelecendo, parcialmente, a forma do planalto triangular que acolheu a *oppidum* romano de *Conimbriga*. Excepcionalmente, o vale, entre a *serra da Ponte* e a *mata da Abofada*, serve apenas como linha de escoamento sazonal e, por isso, permite a ligação viária supra identificada como Itinerário Complementar n.º 3.

---

<sup>3</sup> Nomeadamente, o Itinerário Principal n.º 1/ Autoestrada n.º 1, os Itinerários Complementares n.ºs 2 e 3 e as Estradas Nacionais n.ºs 342 e 347.

<sup>4</sup> Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova (2009). *1ª Revisão do Plano Director Municipal de Condeixa-a-Nova: estudos de caracterização* (vol.1). Condeixa-a-Nova: Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

<sup>5</sup> Reduto natural calcário dominado por superfícies secas, com vertentes de rocha nua misturada com vegetação arbustiva mediterrânica, com cerca de 430 km<sup>2</sup> e constituído pelas serras do Mouro, do Circo, do Rabaçal, de Sicó, do Castelo e de Alvaiázere. Ver: Cunha, L. (2003). *Maciço de Sicó: valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local*. In L. Caetano (coord.). *Territórios: do global ao local e trajetórias de desenvolvimento* (pp. 285-198). Coimbra: Centro de Estudos Geográficos.



2. Esporão planáltico triangular de implantação do *oppidum* romano de *Conimbriga*.

Os recursos hídricos deste território estimularam e justificaram a sua ocupação consecutiva, principalmente se considerarmos os vestígios de fixação da sociedade romana. Contudo, o interesse por este território precede essa ocupação e, por isso, é necessária a sua referenciação. Esse interesse foi condicionado pelas condições topográficas do território e pela, impreterível, proximidade a pontos de água, um deles, *na vertente norte do «plateau», menos íngreme que a do sul, onde brota uma fonte, que certamente foi utilizada pela população da cidade anteriormente ao estabelecimento do aqueduto* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 284). Somente a reunião destas premissas permitiu o desenvolvimento do *oppida* indígena ao longo do planalto rochoso calcário, denominado de *Conimbriga*.

Com testemunhos arqueológicos recolhidos *in situ*, em 1912, através de escavações levadas a cabo pelo Doutor Vergílio Correia<sup>6</sup>, por incumbência do Museu Etnológico, resulta o reconhecimento do estrato antecedente à ocupação romana, associado à segunda *Idade do Ferro*. Camada que, segundo este, até esta data, tinha sido completamente descorada, *como se não existisse*, apesar dos vestígios encontrados previamente *mostrarem que a ocupação humana daquele ponto se perdia no fundo das idades* (Correia, 1916, p. 253). Além das provas físicas, a sua origem pré-romana é atestada através da análise filológica do topónimo, *Conimbriga*. O sufixo *briga*, de origem céltica, significa cidadela, lugar fortificado ou povoado num alto e, o prefixo *conim* constitui um elemento, utilizado por indígenas pré-indo-europeus, para designar o *lugar*. O radical *kon*, de origem pré-céltica, tem como definição eminência rochosa<sup>7</sup>.

Considerando a mescla material desta época, e não deixando de considerar os problemas associados à escavação parcial da cidade de *Conimbriga*, ou à documentação insuficiente desta camada pré-romana, *dependente de materiais descontextualizados ou de contextos estratigráficos de posição secundária* (Alarcão & Correia, 1994, p. 99), todos os vestígios estudados sugerem a existência de um *castrum*, organizado em função de um traçado viário regular, não ortogonal, estruturado segundo a direção dominante norte-noroeste/ sul-sudeste e, complementado por um conjunto de vias que cruzavam, diagonalmente, as linhas medulares, e das quais conhecemos a rua diagonal a norte do fórum e a rua das termas<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Vergílio Correia Pinto da Fonseca (1888-1944) desenvolveu atividade, principalmente, como arqueólogo, professor universitário e historiador de arte. Formado em Direito em Coimbra e doutorado em Letras, foi ainda conservador do Museu Etnológico Português e diretor do Museu Nacional Machado de Castro.

<sup>7</sup> Ver: Alarcão, A., Mayet, F., & Nolen, J. U. S. (1989). *Roteiros da arqueologia portuguesa 2: ruínas de Conímbriga* (2.ª ed.) (pp.69-70). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural e Alarcão, J. de (1999). *Conímbriga: o chão escutado* (p.17). Lisboa: Edicarte.

<sup>8</sup> Ver: Alarcão e Silva, P. D. S. (2009). *Construir na ruína: a propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, Porto, Portugal.



3. Vestígios arqueológicos *in situ* referentes à fixação primitiva no planalto.

De influência mediterrânica, as construções habitacionais caracterizar-se-iam por pequenas unidades de planta retangular, organizadas em torno de pátios muralhados<sup>9</sup> e distribuídas por patamares construídos em extensão das plataformas naturais, com recurso a escavação ou a muros de suporte. Encerradas relativamente às vias, eram, provavelmente, constituídas, perimetral e construtivamente, por blocos de tijolos de adobe assentes sobre fundação de pedra calcária e com cobertura realizada em colmo<sup>10</sup>. Ademais, toda a urbe seria incluída a uma obra perimetral defensiva, a qual, de acordo com as condições naturais do *plateau*, coincidiu, presume-se, total ou parcialmente, com a muralha *tetrárquica* romana.

Virgílio Hipólito Correia levanta a hipótese de que *o oppidum pré-romano terá sido organizado em torno de um espaço público, central no planalto e no aglomerado contruído, uma espécie de ágora* (Alarcão, 2009, p. 209), pois não se encontraram vestígios de construção sob o fórum romano. Contudo, só a continuidade das escavações poderá esclarecer as condições da ocupação pré-romana, já que não existem informações sobre as áreas contíguas ao fórum, nem sobre o setor poente do planalto, o qual terá sido alvo das primeiras ocupações neolíticas.

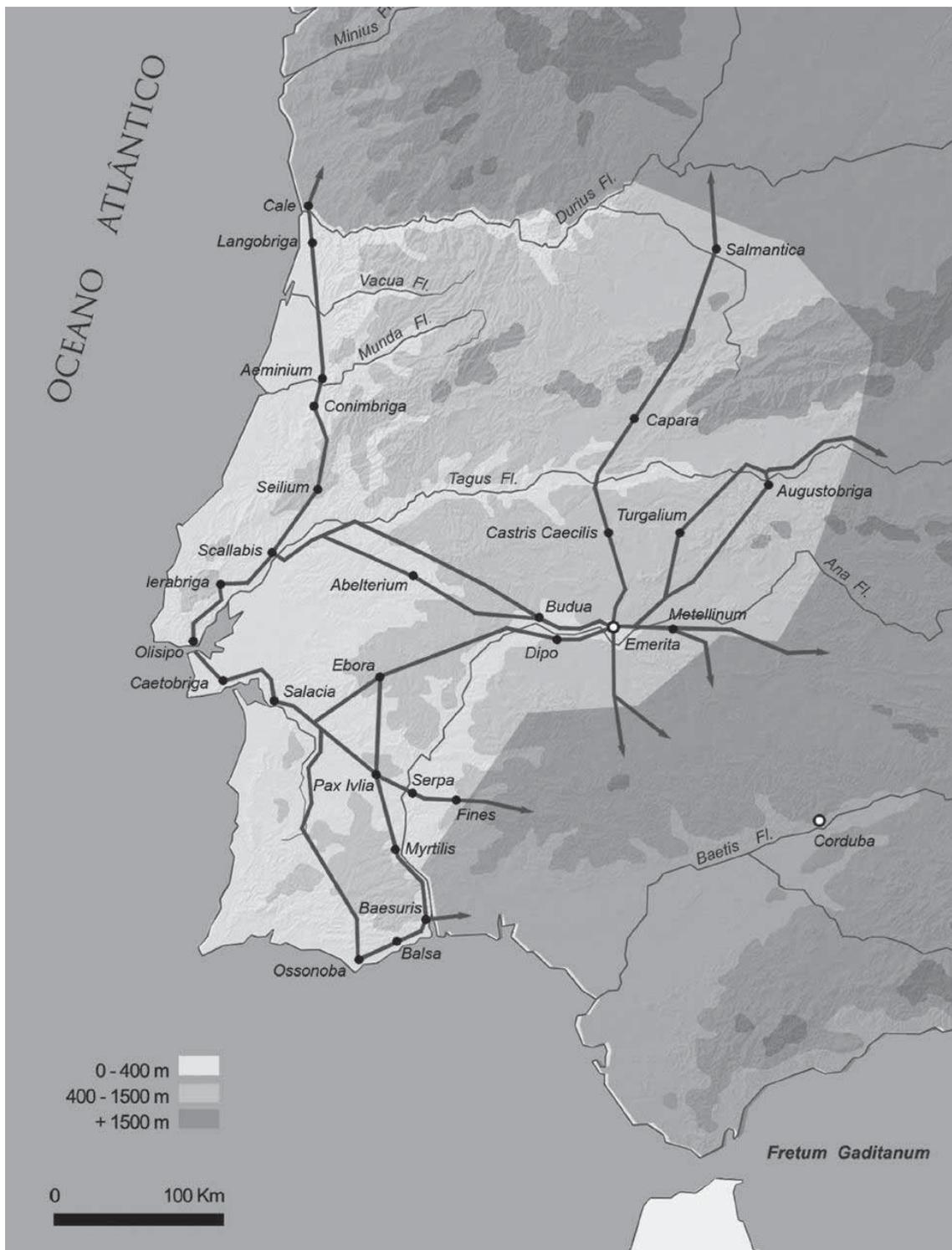
Os testemunhos habitacionais mais antigos pertencem à segunda *Idade do Ferro* e mantiveram-se coexistentes, até meados do século I d.C., com monumentos e casas de fundação romana. Além disso, alguns objetos encontrados, em entulhos e valas para alicerces romanos, remontam até ao século IX a. C., constituindo os testemunhos mais recuados da fixação humana no planalto. Mantêm-se ainda perfeitamente reconhecíveis os traços do cadastro da cidade indígena, ao longo de todas as suas fases, apesar de sucessivas intervenções urbanísticas, visto que as construções de origem primitiva nunca foram completamente suprimidas pelas construções romanas.

Embora, fixo cronologicamente, em 218 a.C., o início do processo de conquista romana da Península Ibérica (Alarcão, 1988, p.13), consumado pela chegada, em Ampúrias, de tropas romanas, lideradas por *Cnaeus Cornelius Scipio Calvus* (*Cneu Cornélio Cipião Calvo*), somente na segunda metade do século II a.C., após sucessivos episódios de combates entre locais e *invasores*, se verifica, por meio das campanhas de pacificação, empreendidas por *Decimus Junius Brutus Callaicus* (Décimo Júnio Bruto Galaico), o primeiro contato entre estes últimos e a povoação pré-romana que habitava *Conimbriga*.

---

<sup>9</sup> Alarcão, J. & Étienne, R. (eds.). (1997a). *Fouilles de Conimbriga: l'architecture*. (vols. 1) (pp. 17-25). Paris: Diffusion E. de Boccard Deposit.

<sup>10</sup> Alarcão e Silva, P. D. S. de (2009). *Construir na ruína: a propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, Porto.



4. Estações viárias da província da *Lusitania*, referenciadas em fontes itinerárias.

Subsequentemente, na época de Augusto<sup>11</sup> e mediante a reorganização político-administrativa do território da *Hispânia* (Península Ibérica), *Conimbriga* é convertida numa *civitas* romana, com a apropriação e reorganização urbanas do *oppida* existente, além da edificação de um novo centro urbano. Nesse novo contexto, considerando a necessidade de definição ou reajustamento fronteiriço, Conimbriga integra a província da *Lusitânia* - uma das três províncias que, segundo testemunho literário<sup>12</sup> e embora levantando dúvidas cronológicas, organizam o território peninsular - administrada a partir da capital *Colonia Augusta Emerita* (Mérida)<sup>13</sup>.

O título administrativo romano *civitas* ou *civitates* (do qual deriva o nosso termo de cidade), correspondia ao largo território que o *oppidum* tutelava, comparável em extensão à divisão administrativa distrital atual. Onde a natureza não tinha disposto monte ou rio, a definição de um *territorium* era humanamente traçada, às vezes consubstanciada por marcos de pedra que nomeavam as cidades confinantes (Alarcão, 1999, p.101). Especificamente, tanto no panorama Lusitano como no Hispanico, *Conimbriga* ocupava, em relação ao limite litoral, uma posição central. Próxima à cidade de *Aeminium*, esta *civitates* tinha como fronteira natural, a oeste, o oceano Atlântico, a norte, possivelmente, o rio Mondego, a este, a serra da Lousã, e a sul, não apresentando qualquer obstrução natural, faceava, hipoteticamente, as *civitas* de *Sellium* (Tomar) e *Collipo* (S. Sebastião do Freixo)<sup>14</sup>.

Neste novo panorama, *Conimbriga* deve a sua importância à posição relativamente à recém desenvolvida estrutura viária peninsular romana. Enquanto *estação viária* emergia de uma das principais vias da *Lusitânia*, à qual o *Antonino Itinerarium*<sup>15</sup> atribuía uma extensão de duzentas e quarenta e quatro milhas, e da qual se conhecem vestígios. Constituía parte do itinerário que atravessava, de norte a sul, a faixa atlântica da *Hispania*, ligando *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa) a *Bracara Augusta* (Braga) e, passando, naturalmente, por *Aeminium* (Coimbra) e *Sellium* (Tomar). Além disso, permitia a articulação com a capital *Colonia Augusta Emerita* (Mérida).

---

<sup>11</sup> *Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus* (Caio Júlio César Octaviano Augusto) (23 de setembro de 63 a.C. – 19 de agosto de 14 d.C.) foi o primeiro imperador romano.

<sup>12</sup> Intitulada em português *História romana*, (livro LII, 12 p. 4-5), da autoria do historiador e cônsul romano, *Lucius Claudius Cassius Dio* (155 d.C. – 229 d.C.), é uma obra em 80 volumes escrita na primeira metade do século III d.C., em grego antigo e a qual relata, entre outras coisas, a lenda da chegada de Eneias a Itália, passando pela subsequente fundação de Roma.

<sup>13</sup> Fundada pelo imperador Augusto, em meados do século 15 a.C.

<sup>14</sup> Ver duas referências bibliográficas do mesmo autor: Alarcão, J. de (1988). *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: publicações Europa-América; Alarcão, J. de (1999). *Conímbriga: o chão escutado*. Lisboa: Edicarte.

<sup>15</sup> Em português, o Itinerário de Antonino é *uma das fontes itinerárias essenciais ao estudo das vias romanas da Lusitânia*. Ver: Mantas, V. G. (2014). As estradas viárias lusitanas nas fontes Itinerárias da Antiguidade. *Humanitas*, vol. LXVI, pp. 231-256.



5. Conformação urbana do *oppidum* romano de *Conimbriga* sobre o domínio de Augusto.

Condicionado, claramente, pela procura de *engrandecer uma povoação primitiva* (Conceição & Gaspar, 1983, p. 273), o primeiro plano de urbanização romano respeita parte do aglomerado indígena preexistente, em particular, os alinhamentos viários. Esta afirmação é corroborada por vestígios de habitações de planta retangular que, dispostas ao longo de determinados arruamentos vieram condicionar, de algum modo, o traçado das vias da cidade romana.

Esta primeira reorganização urbana do *oppida* indígena, dota o planalto de infraestruturas viárias, defensivas e hidráulicas, nomeadamente, de acessos viários, de muralha e de aqueduto, de equipamentos públicos, dos quais se destacam o *forum* e as termas, e de edifícios de uso privado. Em função, principalmente, das condicionantes morfológicas do domínio de implantação, esta redefinição distancia-se do sistema ortogonal<sup>16</sup>, amplamente difundido e aplicado pelos romanos. Em função disso, a rede viária estrutura-se a partir de duas vias principais, o *cardus*, com orientação nordeste/ sudoeste, o qual prolongava intramuros, a ligação a *Aeminium*, e o *decumanus*, com orientação sudeste/ noroeste, o qual garantia as ligações a Sul. Estes dois alinhamentos principais ocasionaram, na sua extensão e cruzamento virtuais, o desenvolvimento do centro monumental.

Na interseção com a cortina muralhada, as vias eram rematadas por portas monumentais, conforme testemunhos arqueológicos. Mais do que funções puramente práticas, de vigilância e de controlo de fluxo, a porta, para a sociedade romana, assumiu uma importância simbólica, constituindo-se como elemento construído de formalização, simultânea, de entrada e saída, de ligação do exterior com o interior e de representação do passado e do futuro. Das duas principais portas da muralha augustana, apenas uma se encontra identificada e escavada. Denominada de *Porta de Sellium*, pela ligação que assegurava da cidade a sul, era constituída por uma passagem coberta, flanqueada por duas torres quadrangulares, e integrando no seu interior dois nichos, provavelmente destinados a guardas<sup>17</sup>. Pelo menos mais dois pontos asseguravam a relação com o exterior: um, pelo fundo do vale, a oeste, denominado de *Porta de Collipo* que estabelecia o contacto com o litoral através da bacia do Mondego, e outro, constituído por pequena passagem, no topo oeste da cidade, que permitia o acesso direto ao vale localizado a norte<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Denominado de *Sistema Hipodâmico* e desenvolvido pelo arquiteto e planeador urbano grego Hipódamo de Mileto, este sistema consiste na organização das cidades segundo uma matriz ortogonal.

<sup>17</sup> Ver: Correia, V. H., Ruivo, J. da S., & Ribeiro, J. D. (2003). *Conímbriga: guia das ruínas*. Porto: Edições Asa; Lisboa: Instituto Português de Museus.

<sup>18</sup> Ver: Alarcão e Silva, P. D. S. (2009). *Construir na ruína: a propósito da cidade romanizada de Conímbriga*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, Porto, Portugal.



6. *Castellum aquae* e canal de ligação ao centro monumental do *oppidum* romano de *Conimbriga*.

*Quando, pois, (...) se verificar o requisito da salubridade dos recintos urbanos a levantar, forem escolhidas regiões abundantes em frutos para alimentar a cidade, quando construções de vias (...) proporcionarem facilidades de transportes para as cidades, (...) deverão ser construídos então, os fundamentos das torres e das muralhas.* (Vitrúvio, Maciel & Howe, 2006, pp. 45 e 46). É com base nestas exigências que é construída a muralha de Augusto, de carácter honorífico<sup>19</sup>. Assinalando os limites mais latos do *oppidum* romano, a muralha apresenta uma extensão em torno de dois quilómetros e delimita uma área de, aproximadamente, vinte e três hectares. Condicionada, quase na totalidade, pela configuração topográfica do esporão planáltico triangular, esta construção revela uma leitura exemplar do território de implantação. Ademais, a muralha, além da sua funcional e construtiva natureza defensiva, condiciona e limita o desenvolvimento urbano.

Apenas uma outra infraestrutura urbana apresenta tais características, o aqueduto, pois funcionando política, social e urbanisticamente como uma extensão da muralha, a sua destruição causa, em qualquer circunstância, o abandono ou destruição da *urbe* que abastece. *Os aquedutos, tal como os templos e os arcos de triunfo, cantam a majestade romana. Poder dispor de uma água que já não é necessário retirar penosamente de um poço ou recolher em fonte natural, ouvi-la murmurar nas fontes públicas, no meio da rua, vê-la jorrar no peristilo das casas senhoriais, admirá-la aí nos seus repuxos, encontrá-la, quente, nas banheiras do caldário e fria, nas grandes piscinas das termas – eis a revolução que o conquistador oferece ao vencido.* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 283).

A ocupação, e a conseqüente urbanização, de Conimbriga considera não só a presença prévia da unidade étnica pré-romana, a localização estratégica de Conimbriga ou as características topográficas do território de implantação, mas também a possibilidade, efetiva, de trazer água a esta cidade. A pequena fonte que alimentava as necessidades da sociedade indígena já não servia à ocupação romana, considerando a soma e a dimensão dos equipamentos públicos e edifícios privados que tinha de abastecer. Além disso, não seria uma água qualquer, devendo *procurar-se e escolher-se as fontes, com grande diligência e indústria, tendo em vista a saúde da vida humana.* (Vitrúvio, Maciel & Howe, 2006, p. 309). E, *já que pelo regime torrencial da corrente e o perfil da ravina, o Rio de Mouros não podia servir de fonte de abastecimento de água* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 283), os romanos elegeram uma das nascentes de Alcabideque como fonte de abastecimento e, sobre esta, construíram o *aqueduto de Conimbriga*.

---

<sup>19</sup> Ver: Pessoa, M. (1991). *A muralha augustana de Conímbriga: Condeixa-a-Velha: elementos de estudo*. Condeixa: s.n.



7. *Caput aquae* (torre de captação) e piscina coletora do aqueduto romano, em Alcabideque.

Com uma extensão real de, aproximadamente, três mil quinhentos e cinquenta metros, o aqueduto romano é *um monumento que podemos seguir desde a lagoa de captação, primeiramente subterrâneo, depois sustentado por um paredão, mais adiante, ainda por arcadas, até ao castelo de água intramuros (...)* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 283). A partir deste ponto *volta a ser subterrâneo, até às Grandes Termas do Sul e à ravina do Rios dos Mouros, onde finalmente lança caudal que ninguém aproveitou.* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 283).

A nascente natural de Alcabideque<sup>20</sup> que alimentava o aqueduto romano, não exigiu nem escavação nem construção de galerias de captação, sendo delimitada por uma piscina coletora em forma de ninfeu semicircular<sup>21</sup>. O arco irregular, a sul, marcado por muros modernos, formalizava um passeio interior em *formigão* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 285), com três metros de largura, suportado por pilares de pedra irregularmente espaçados. O limite oeste, retilíneo, operando como dique, era interrompido por uma comporta reservada ao alívio da bacia em casos de excesso de água. Direcionada para nordeste, a água penetrava numa torre de planta retangular<sup>22</sup> e libertava-se das impurezas numa bacia circular<sup>23</sup>. A câmara interna, rematada por abóbada de canhão<sup>24</sup> com orifício central, era convertida, no extradorso, em arco abatido. As suas paredes, de espessura desigual<sup>25</sup> e de construção manifestamente romana, refletem a sua composição de *silhares miúdos de calcário emparelhados*, assentes numa plataforma de *concreto* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 284). A abertura de contorno irregular que perfura, atualmente, a parede norte não é romana, apesar de corresponder, hipoteticamente, a uma abertura desta época, a qual teria, originalmente, forma de janela semicircular. Nos restantes limites, na base de construção, localizam-se duas aberturas alinhadas, as quais revelam a orientação do fluxo de água, sendo que, a de este, recebia a água da represa e, a de oeste, constituía a boca do aqueduto subterrâneo. Deixando esta torre, o aqueduto romano tomava a direcção este-nordeste/oeste-sudoeste<sup>26</sup>.

---

<sup>20</sup> Sendo *a/* um prefixo árabe, a designação de Alcabideque tem origem no termo latino *caput aquae*, que significa, literalmente, captação ou mãe-d'água.

<sup>21</sup> A piscina tem vinte e cinco metros de base e, quinze metros sobre o arco central. Sobre a sua linha meridional, coincidente com a capela dedicada a Santo António, disposta a sul da estrada, existiria, hipoteticamente, um edifício dedicado a ninfas ou alguma divindade indígena das águas,

<sup>22</sup> Com 7,30 metros de largura e 6,17 metros de comprimento, a torre conserva uma altura de 6,5 metros,

<sup>23</sup> Com um diâmetro de 2,94/2,95 metros (10 pés) e, inscrita num quadrado de 4,40 metros de lado (15 pés), tem ainda 1,15 metros de profundidade.

<sup>24</sup> Eleva-se a 3,37 metros acima do solo com uma espessura de 0,59 metros (2 pés).

<sup>25</sup> Sendo que, as de oeste e este, medem 1,42 e 1,48 metros e, as de norte e a sul, medem 0,83 e 0,87 metros

<sup>26</sup> Ver: Alarcão, J. & Étienne, R. (eds.). (1997b). *Fouilles de Conimbriga: l'architecture*. (vol. 2). Paris: Diffusion E. de Boccard Deposit e, Étienne, R. & Alarcão, J. (1974). *O aqueduto romano de Conimbriga: relatório preliminar*. Porto: III Congresso Nacional de Arqueologia.



8. Vestígios do aqueduto romano de *Conimbriga* (planta à escala 1/9000).

Estudos arqueológicos localizaram a setenta e um metros da torre, no piso térreo de uma habitação, ainda em Alcabideque, o ponto de implantação de um *puteus*<sup>27</sup>, ou seja, de uma bacia circular de sedimentação. Contudo, *não podemos (...) verificar se a base desta coincide com o fundo do canal do aqueduto* (Étienne & Alarcão, 1974, pp. 285-286).

Contornando a *Serra da Ponte*, o aqueduto desenvolvia-se, sem dúvida, de forma articulada com a topografia original. Aquando do levantamento do traçado do aqueduto, este acompanhava, parcialmente, o eixo viário local de ligação de Alcabideque a Condeixa-a-Velha e, não sendo subterrâneo, constituía suporte lateral à própria via ou aos muros de delimitação de propriedades<sup>28</sup> ou irrompia *em ligeiros socalcos pelos campos*. (Étienne & Alarcão, 1974, p. 286). Na *mata da Abofada*, a poente da estrada nacional nº 347, foi identificada uma chaminé profunda, de secção retangular<sup>29</sup> que, dadas as dimensões, não teria possibilitado o acesso para limpeza. Deste ponto até às ruínas com vestígios conservados, o aqueduto acompanhava o talude natural dos terrenos, operando como muro de suporte de terras.

Nos últimos cento e setenta metros que antecedem o *castellum aquae* já intramuros, o aqueduto progredia sobre arcos<sup>30</sup> e, finalmente, sobre um paredão. Esta solução em arcaria adequava-se à profundidade do vale que cruzava. Desta secção resta apenas um arco, a poente, reconstruído pelo Doutor Vergílio Correia com as *pedras que encontrou caídas* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 287), em consequência da primeira campanha de escavações realizadas sobre a tutela da *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Ademais, existem outros vestígios, especificamente um maciço de tufo talhado que terá servido, originalmente, de base de construção de um dos pilares deste troço. *Talvez uma escavação completa consiga encontrar todas as bases dos pilares em que os arcos assentavam* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 287). De todas as bases, foram encontradas, além da supra descrita, mais duas; a primeira, a nascente, em formação de tufo, à qual o primeiro arco desta secção teria encostado, e a segunda, absorvida pela muralha tetrárquica aquando da sua construção. A construção da segunda linha de muralha, por cima de um dos arcos, gerou uma secção côncava com a impressão em negativo do arco<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> Vitruvius recomenda a construção de poços de decantação, pelo menos, a cada trinta e cinco metros.

<sup>28</sup> Uma secção, surge, hoje em dia, no interior de uma propriedade, contíguo ao seu muro de delimitação.

<sup>29</sup> Com 0,53 por 0,48 metros.

<sup>30</sup> Os últimos pilares de assentamento dos arcos distam 6,77m, medidos de centro a centro. Ver: Alarcão, J. & Étienne, R. (eds.). (1997b). *Fouilles de Conimbriga: l'architecture*. (vol. 2). Paris: Diffusion E. de Boccard Deposit e, Étienne, R. & Alarcão, J. (1974). *O aqueduto romano de Conimbriga: relatório preliminar*. Porto: III Congresso Nacional de Arqueologia.

<sup>31</sup> Ver: Alarcão, J. & Étienne, R. (eds.). (1997b). *Fouilles de Conimbriga: l'architecture*. (vol. 2). Paris: Diffusion E. de Boccard Deposit e, Étienne, R. & Alarcão, J. (1974). *O aqueduto romano de Conimbriga: relatório preliminar*. Porto: III Congresso Nacional de Arqueologia.



9. Vestígios do aqueduto romano, interiores à muralha augustana.

Finalmente, o *castellum aquae*<sup>32</sup>, intramuros, gravemente danificado, desempenhava, neste caso, e de acordo com o diagrama *vitruviano*, a função de distribuir a água que recebia pelo canal do aqueduto. Decomposto em três compartimentos, satisfazia tanto as necessidades públicas, abastecendo os equipamentos termais e a infraestrutura hidráulica interna, constituída por fontes e cisternas, como também as habitações particulares, estas últimas, através, principalmente, de tubos de chumbo. A partir deste, o aqueduto volta a ser subterrâneo e, *correndo, de NE para SW, acompanha a fachada sul do forum de Augusto e desce até às Grandes Termas do sul, (...) em cuja 'natatio' se lança* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 287).

Os estudos, sobre este aqueduto, deixam transparecer, a sua excelente construção. O canal do aqueduto, sempre que possível, assentava, diretamente sobre a rocha, evitando a construção, alternativa, de um muro de alvenaria, e era perfurado com várias passagens<sup>33</sup>, permitindo a evacuação de excesso de humidade. Especificamente, o canal era constituído, genericamente, por uma base em U<sup>34</sup> rematada por cobertura abobadada. Alvo de várias técnicas construtivas, as paredes eram constituídas ora por pedra, ora por *concreto*, ora pela associação dos dois. Já a abóbada foi construída em alvenaria, com pedras talhadas, sem rigor, sobre cofragem de madeira. A estanquidade do canal era assegurada por *opus signinum*<sup>35</sup>. A diferença de nível, entre o início e a chegada do aqueduto ao *castellum* de distribuição, gerava uma inclinação interna de 0,00112m/m<sup>36</sup>, metade do declive preconizado por fontes literárias. Já a secção em arcaria assentava sobre bases de tufo, as quais serviam de fundação à base do pilar<sup>37</sup> sobre o qual se lançava o arco em tijolo.

Considerando as necessidades diárias por habitante de 500 litros e estabelecendo, o número de habitantes da população romana<sup>38</sup> em 10 000 ou 15 000 habitantes, evidentemente que o, fluxo de abastecimento de água respondia a um consumo diário, de 7,500m<sup>3</sup>, considerando, como suprarreferido, o fornecimento de água do primeiro complexo termal.

---

<sup>32</sup> Este tanque, de planta retangular, especificamente, apresenta vestígios de, pelos menos, uma reconstrução. Ver: Étienne, R. & Alarcão, J. (1974). *O aqueduto romano de Conímbriga: relatório preliminar*. Porto: III Congresso Nacional de Arqueologia.

<sup>33</sup> Duas delas, identificadas, são caracterizadas por túneis abobadados com cerca de 0,5 metros de largura e 1,10 metros de altura. Outras, mais pequenas, de secção quadrada, desenvolviam-se pela base do paredão.

<sup>34</sup> Com largura e altura, internas, variáveis, respetivamente entre 0,56 e 0,58 metros e entre 1,03 e 1,47 metros. A largura, exterior, do canal, varia entre 1,50 e 1,55 metros.

<sup>35</sup> Material de construção romano caracterizado pela mistura de argamassa e telha quebrada.

<sup>36</sup> Ver: Alarcão, J. & Étienne, R. (eds.). (1997b). *Fouilles de Conimbriga: l'architecture*. (vol. 2). Paris: Diffusion E. de Boccard Deposit.

<sup>37</sup> O qual se elevava, *opus quadratum*, com 1,50 metros de largo e 1,80 metros.

<sup>38</sup> Ver: Alarcão, J. & Étienne, R. (eds.). (1997b). *Fouilles de Conimbriga: l'architecture*. (vol. 2). Paris: Diffusion E. de Boccard Deposit.



O primeiro, e principal<sup>39</sup>, equipamento público termal, denominado de *Termas a Sul*, foi construído no ano 10 a.C., integrando o novo centro monumental. Respeitando a direção do aglomerado preexistente, este edifício desenvolvia-se segundo o eixo norte-sul, com entrada a norte sobre um pátio (*palestra*). A partir deste ponto, a direção proeminente do complexo seria alterada em detrimento de um percurso canónico e racional. Por isso, segundo uma nova direção, de oeste para este, estendiam-se, respetivamente, o *frigidarium* (frigidário), o *tepidarium* (tepidário) e o *caldarium* (caldário), este último exigindo a construção contígua, portanto a leste, de uma fornalha e zona de serviços. Este desenvolvimento, de poente para nascente, reflete os padrões tipológicos dos equipamentos termais augustanos, e contraria, com a colocação a nascente do *caldarium*, os preceitos vitruvianos, os quais regem que *os caldários e tepidários deverão ter de Inverno luz do poente e se por acaso a natureza do lugar tal impedir deverão, então, de toda a maneira, ser virados a sul, porque o tempo dos banhos é sobretudo desde o meio-dia até à tarde* (Vitruvius, Maciel & Howe, 2006, p. 196).

A construção da infraestrutura hidráulica de abastecimento permitiu o desenvolvimento urbano do *oppidum*. O novo centro monumental é dominado, principalmente, pela implantação do *forum*, ou seja, o novo centro político-judicial, religioso e comercial da cidade, respeitando as regras preconizadas por Vitruvius. Apesar da falta de entendimento acerca da configuração do primeiro fórum romano, sabe-se que a sua construção ocorreu entre os anos 15 e 10 a.C. As finalidades próprias deste equipamento são asseguradas pela constituição programática do mesmo, especificamente, a função político-judicial cogitada na construção da basílica e da cúria, no topo norte, a função religiosa assumida pelo templo de culto imperial e, a última, comercial representada, a oeste, por uma série de lojas precedidas por um pórtico. Implantado no centro do planalto, o fórum augustano introduz uma nova direção em relação à então dominante, articulando-se com os arruamentos existentes através de duas entradas, uma sobre a forma de escadaria, no topo nordeste, e outra a eixo da praça central.

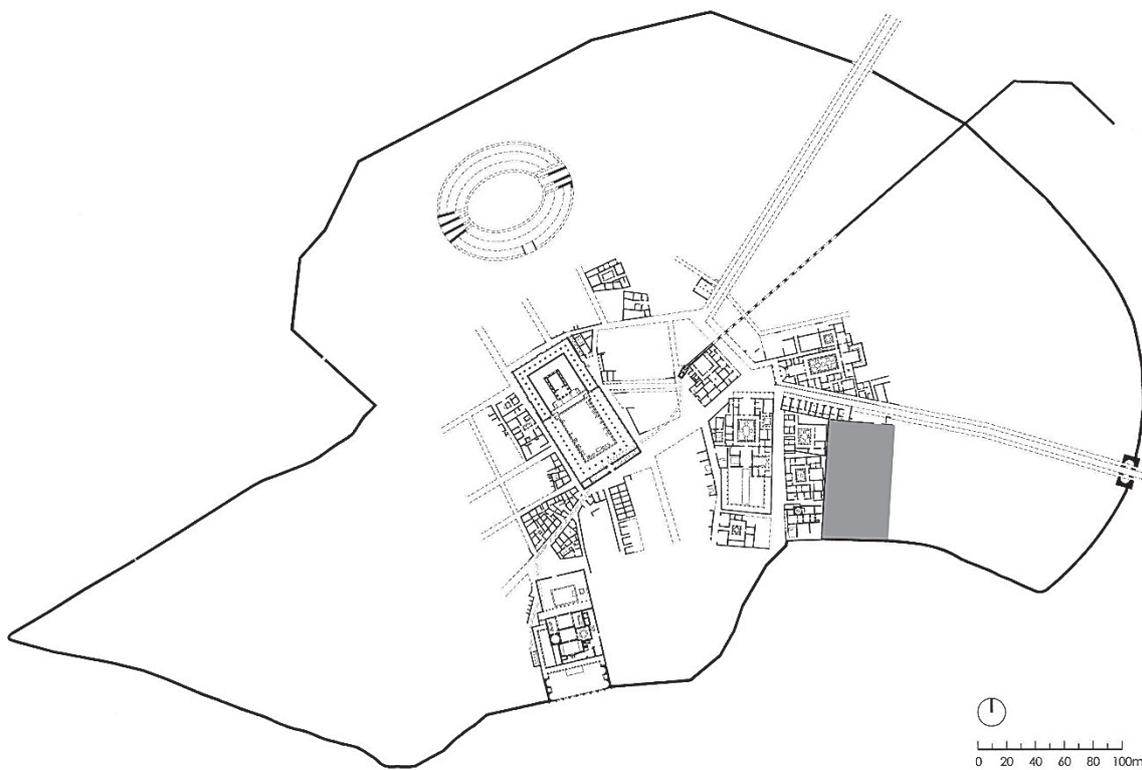
Apesar de não se registar, sobre a autoridade dos imperadores *Tiberius Claudius Caesar Augustus Germanicus*<sup>40</sup> e *Nero Claudius Cæsar Augustus Germanicus*<sup>41</sup>, nenhum plano de urbanização de referência, é de salientar, a nível público, a remodelação do fórum e a construção do anfiteatro e, a nível privado, a construção de novas habitações.

---

<sup>39</sup> O *oppidum* romano era dotado, pelo menos, de outro equipamento termal público, adossado ao limite norte da secção, em paredão, do canal do aqueduto romano, no interior da muralha do Baixo Império.

<sup>40</sup> Tibério Cláudio César Augusto Germânico, quarto imperador da dinastia Júlio-Claudian, governou de 41d.C. até 54 d.C.

<sup>41</sup> Nero Cláudio César Augusto Germânico, sobrinho do seu antecessor, governou de 54 d.C. a 68 d.C.



10. Conformação urbana do *oppidum* romano de *Conimbriga* com o plano de urbanização flaviano.

Na segunda metade do século I, durante o reinado do imperador *Titus Flavius Vespasianus*<sup>42</sup>, Conímbriga recebeu o epíteto<sup>43</sup> de Flávia - denominada, em diante, de *Flavia Conimbriga* -, sendo elevada à categoria de *municipium*<sup>44</sup>. Este novo estatuto jurídico-administrativo conferiu à cidade grande riqueza e, conseqüentemente, grande desenvolvimento urbano. Deste período resulta um vasto plano de reurbanização, o qual concede ao *oppidum* grande monumentalidade e do qual são reflexo os vestígios de reconstrução do fórum e das termas, concluídas sob o domínio do imperador *Marcus Ulpius Traianus* (Marco Úlpio Trajano).

O novo centro monumental foi reflexo da revolução flaviana, a qual transformou por completo o centro monumental, alargando-o tanto para norte como para sul, garantindo a construção de um novo templo de culto imperial, de grandes dimensões. Suprimiu, ainda, as casas indígenas e os monumentos augustanos, mantendo apenas a praça.

O *forum* apresentava dois níveis de construção, o mais baixo era dominado pela praça, lajeada e abundante em estátuas honoríficas e rematada, quase integralmente, por pórticos. E o mais alto, a norte, alinhado ao centro de uma esplanada<sup>45</sup> erguia o templo<sup>46</sup>, elevado sobre um criptopórtico. Na fachada sul do *forum*, levantar-se-ia, sem dúvida uma entrada monumental. Ao equipamento primitivo, de tipo republicano, sucedeu um de tipo imperial, o qual assegurava a exaltação da dignidade do seu imperador. Por isso, foram suprimidas as três funções originais do *forum*, reduzindo-as, somente, à função político-religiosa<sup>47</sup>.

O novo complexo termal desenvolve-se segundo o eixo norte-sul, ao longo de uma área duas vezes superior à do estabelecimento precedente. A entrada, também a norte, permite a ligação a um espaço aberto, dominado por uma *natatio*<sup>48</sup>. Deste ponto, duas portas conduziam ao *frigidarium*<sup>49</sup>, o qual permitia, posteriormente, a ligação a três salas aquecidas, de poente para nascente, o *laconicum*<sup>50</sup>, o *tepidarium* e o *caldarium* – construído sobre o hipocausto abobadado.

---

<sup>42</sup> Tito Flávio Sabino Vespasiano, o primeiro imperador da dinastia Flaviana, iniciou a sua governação em 69 d.C., depois do suicídio de Nero.

<sup>43</sup> Tem como definição, *palavra que se junta a um nome para qualificar ou realçar a sua significação*, em Costa, J. A. & Melo, A. S. (eds.) (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa* (7.ª ed.) Porto: Porto Editora.

<sup>44</sup> Ver: Alarcão, A., Mayet, F., & Nolen, J. U. S. (1989). *Roteiros da arqueologia portuguesa 2: ruínas de Conímbriga* (2.ª ed.). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

<sup>45</sup> Esta esplanada era enquadrada por um pórtico em U, fechado para o exterior e constituído por dupla colunata.

<sup>46</sup> O templo comunicava com a praça por uma escadaria, dividida por um terraço intermédio, a partir do qual se subia por um lanço central ou, se descia por dois lances laterais.

<sup>47</sup> Estando ainda por descobrir, a basílica e a cúria deste *municipium*.

<sup>48</sup> Com 15,90 metros de largura por 10,75 metros de comprimento.

<sup>49</sup> Vasta sala lajeada com uma pequena piscina em cada extremo.

<sup>50</sup> Caracterizado por um tanque circular, encastrado no solo, que permitia banhos de vapor quente.



11. Ruínas da *natatio* das *Terme do Sul*, principal equipamento termal do *oppidum* romano.



12. Dupla de canais contíguos ao *forum* flaviano do *oppidum* romano.

Através do pórtico sul da *natatio*, e por uma galeria, os cidadãos tinha acesso ao sector dedicado ao passeio e à ginástica, denominado de *palestra*<sup>51</sup>. Com acesso por uma escadaria monumental, e através de um muro, provavelmente, em arcada, este espaço ajardinado formava uma plataforma sobre a ravina, dominando a paisagem de pinheiros e oliveiras. A configuração deste equipamento revela, novamente, o reconhecimento, o respeito e a interação da sociedade romana com as especificidades naturais do território.

Obviamente que a viabilidade deste segundo programa de construção, considerando, em particular, as dimensões dos novos equipamentos, depende do fluxo de água trazido à cidade pelo aqueduto de Augusto. Neste contexto, a infraestrutura hidráulica sofre uma reconstrução, principalmente, da secção contígua ao *forum*, com a construção de *duas condutas paralelas e simultâneas, perfeitamente construídas, (...) uma (...) é um esgoto; outra um aqueduto; mas ambas se lançam finalmente na mesma canalização comum* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 291). Além disso, não podemos desconsiderar a transformação da ala leste do criptopórtico flaviano em cisterna, uma medida que poderá ter sido, exclusivamente, preventiva, admitindo-se a *hipótese de uma decadência da nascente que se teria tornado menos abundante ou mais regular*, ou ainda *encarar as cisternas como uma medida romana na previsão de ataque*. (...).

*O aqueduto de Conímbriga é mais um exemplo dos benefícios que Roma trouxe às cidades da Lusitânia. Demonstra uma ciência hidráulica experimentada, que determina a escolha das fontes a captar, decide o traçado em função do declive que se torna necessário assegurar e dos acidentes de terreno que é preciso vencer, e varia a técnica da implantação utilizando ora um aqueduto subterrâneo, ora um aqueduto-muro, ora um aqueduto aéreo sobre arcos* (Étienne & Alarcão, 1974, pp. 290 e 291), e é prova do papel da *água enquanto promotora de intervenção no território*.

Todavia, em meados do século IV, a máquina imperial, responsável pelo amplo desenvolvimento político, social e urbano da península, é absorvida por uma profunda crise político-administrativa<sup>52</sup> e dessa crise decorre a construção em *Conimbriga* de uma sólida cortina defensiva, conhecida como *Muralha do Baixo-Império*<sup>53</sup> ou *muralha tetrárquica*. Esta estrutura dividiu o espaço urbano em duas partes, sacrificando os equipamentos e habitações da zona oriental e condicionando a nova área urbana a 10,5 hectares.

---

<sup>51</sup> Espaço de planta retangular, com 45 metros de largura por 18,60 metros de comprimento, rematado, lateralmente, por dois pares de absides.

<sup>52</sup> Concomitante com o domínio de *Romulus Augustus* (Rómulo Augusto), apesar de jovem, foi empossado por seu pai, em 475 d.C.

<sup>53</sup> As suas particularidades construtivas refletem a urgência da sua construção.



13. Antigo largo da localidade de Condeixa-a-Velha, atualmente praça *engenheiro Costa Alemão*.



14. Condeixa-a-Nova, largo *Artur Barroso*.

Os primeiros ataques suevos a *Conimbriga* são descritos pelo *Bispo Idácio de Chaves*, o qual narra a invasão da cidade, em 465 d.C., e a captura da mulher e dos filhos de *Cantaber*, um dos mais importantes cidadãos desta *civitas*. Da segunda invasão, em 468 d.C., resulta a destruição parcial da *urbe* e a escravização da maior parte dos seus habitantes.

Todavia, a ocupação da cidade prolongou-se, desde o ataque dos suevos até meados do século VI, em conformidade com domínio visigótico sobre a província da *Lusitania*. Exemplos de construção deste período, em *Conimbriga*, são a basílica paleocristã e alguns muros, que de modo geral, obstruíram os eixos de circulação romanos. De facto, as atas conciliares provam que, nessa época, *Conimbriga* usufruía do privilégio de sede episcopal. Em consequência do Terceiro Concílio de Toledo, em 589 d.C., surge a primeira referência a um bispo da cidade de *Aeminium*, novo centro espiritual, que pelas suas condições superiores de sobrevivência e defesa terá acolhido a maior parte da população de *Conimbriga*. E, mais tarde, por corrupção linguística, também o topónimo, com a nova denominação de Coimbra<sup>54</sup>.

O abandono do planalto de *Conimbriga* não condenou, como se poderia pensar, este território à desertificação. No século IX, com a supressão do abastecimento de água, provocada pela destruição do aqueduto, e após a conquista de Coimbra por D. Afonso III<sup>55</sup>, os habitantes que resistiram junto das ruínas, abandonaram definitivamente o *oppidum*, e fundaram no vale, a norte, incluso ao perímetro da primeira muralha romana, um novo povoado, o qual conhecemos por Condeixa-a-Velha. Mantém-se até hoje o mistério da origem do seu topónimo, Condeixa. Para esta nova comunidade, as ruínas romanas serviram apenas como matéria-prima à edificação da aldeia.

A extensão *a Velha* surge por consequência da fundação, no início do século XIII, de um novo aglomerado, com implantação próxima, e com a mesma designação. Sem dúvida, que a implantação deste município está associada à linha de água que o atravessa, especificamente, a Ribeira de Alcabideque, também conhecida por Rio Velho. Este recurso hídrico chega, hoje em dia, a Condeixa ampliado pelo volume introduzido pelas nascentes de Alcabideque, designadamente, pela que abastecia o aqueduto romano de *Conimbriga*. Tanto a fundação deste município como a ocupação deste território evidenciam que, como proclamado por Tales de Mileto, *a água é o princípio de todas as coisas, um dos princípios do Universo* (Vitrúvio, Maciel, Howe, 2006, p.15).

---

<sup>54</sup> Ver: Alarcão, A., Mayet, F., & Nolen, J. U. S. (1989). *Roteiros da arqueologia portuguesa 2: ruínas de Conímbriga* (2.ª ed.). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

<sup>55</sup> Apelidado de o *Bolonhês*, foi o quinto rei de Portugal, governando de 1248 a 1279, data de sua morte.







Apesar do abandono definitivo do *plateau*, (...) *as ruínas da esplendorosa Conimbriga jamais deixaram de encontrar em si mesmas, todavia, a força necessária para poderem resistir firmemente à acção subversora do tempo e dos homens.* (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN], 1948, p. 11). Em virtude das referências claras, de carácter geográfico, da sua integração enquanto *oppidum* na exploração romana da região atlântica<sup>56</sup>, somente, a partir do século XVI Conimbriga é mencionada com interesse<sup>57</sup> enquanto sítio arqueológico e, em 1546, reconhecida com exatidão a sua localização geográfica<sup>58</sup>, coincidente com o lugar de Condeixa-a-Velha, refutando as opiniões da sua justaposição à cidade de Coimbra.

Dois séculos mais tarde, nas *Memórias Paroquiais*, recolhidas após o terramoto de 1755, surgem descrições do lugar e, em 1873, após a descoberta fortuita de *preciosos achados* (Conceição & Gaspar, 1983, p.279), a Comissão de Arqueologia do recém-formado Instituto de Coimbra inicia as explorações em Conimbriga. Destes trabalhos, destacam-se Miguel Osório Cabral de Castro, presidente dessa comissão, e Augusto Filipe Simões<sup>59</sup>. No ano seguinte, em 1874 o Instituto promove escavações, *tendo-se encontrado, com surpresa geral, muito material romano* (Conceição & Gaspar, 1983, p. 279), suportando não só o crescente interesse por este local, mas também as conclusões de Augusto Simões sobre a verdadeira conformação da ocupação romana<sup>60</sup>.

Em 1899, a Secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra, a título oficial<sup>61</sup>, sob a orientação do Mestre António Augusto Gonçalves Neves, arqueólogo e historiador de arte, retoma as escavações e realiza as primeiras sondagens. Desta campanha, circunscrita temporal e espacialmente<sup>62</sup>, resultaram os primeiros levantamentos de mosaicos e de inúmeros objetos, os quais foram examinados e transferidos para o Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra<sup>63</sup>.

---

<sup>56</sup> Mencionada na obra de *Gaius Plinius Secundus* (século I d.C.), intitulada *Naturalis Historia*, e no *Antonini Itinerarium* (Itinerário de Antonino), do século IV.

<sup>57</sup> Por alguns escritores, como Frei Bernardo de Brito (século XVI), Miguel Leitão de Andrade (século XVII) embora, ainda de índole fantasiosa, sobre a sua origem e fundação (Conceição, 1941, p. 278).

<sup>58</sup> Através da obra de Gaspar Barreiros, intitulada *Chorographia de alguns lugares*.

<sup>59</sup> Augusto Filipe Simões (1835-1884), com licenciatura em Filosofia e Medicina (1872) e doutoramento em Medicina, foi docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

<sup>60</sup> Já que, no «sítio de Condeixa-a-Velha» existira, não um «acampamento romano», como geralmente se cria, mas sim uma grande cidade (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN], 1948, p. 13).

<sup>61</sup> Com o apoio, solicitado pelo Instituto, da Rainha Dona Amélia (Oleiro, 1973, pp. 2 e 3).

<sup>62</sup> Esta campanha, com duração de três meses, foi limitada a um sector de intervenção demarcada por terrenos disponibilizados pela Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

<sup>63</sup> Todos os objetos expostos neste Museu, foram transferidos, em 1912, para o Museu Machado de Castro, e, em 1967, para o Museu Monográfico de Conimbriga.



16. Escavações arqueológicas realizadas no *oppidum* romano de Conimbriga.

Constituem-se, em consequência das investigações realizadas, preocupações sobre a representação integrada do conhecimento arqueológico produzido sobre Conimbriga. E, no mesmo ano, sob o conceito de uma *experiência pioneira na museologia nacional quanto à contextualização das peças arqueológicas* (Correia & Alarcão, 2008, p. 33), Eduardo Belo Ferraz executa a primeira representação gráfica<sup>64</sup> do *oppidum*, na qual assinala as escavações realizadas, previamente, no planalto.

Considerando *as bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacioanes*, aprovadas por decreto-lei em 1910<sup>65</sup>, a cidade romana de Conimbriga integra a lista de monumentos sujeitos a esta classificação. Passados três anos, o Doutor Vergílio Correia<sup>66</sup>, com o apoio do Museu Etnográfico Português, realiza novas explorações e identifica, junto à face exterior da muralha, no setor noroeste, *a uma profundidade de 1,60 m (...) a camada pré-romana onde o material colhido foi precioso. Mas infelizmente como das outras vezes, ficou-se por ali...por falta de verba.* (Conceição & Gaspar, 1983, p. 280). Só em 1929, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra obtém subsídio da Junta Nacional de Educação para a aquisição de terrenos, a fim de proceder a uma nova série de investigações, as quais permitiram a identificação de uma *insulae* e parte de um segundo edifício. (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN], 1948, p. 17).

Em 1930, novamente com a orientação do Doutor Vergílio Correia e a tutela da *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*<sup>67</sup>, uma nova campanha, em sequência da anterior, tomou a responsabilidade de conservar e valorizar *tudo quanto restava da famosa Conimbriga* (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN], 1948, p. 17). Esta primeira grande intervenção, de carácter sistemático, exumou, *não simples e fragmentários vestígios da cidade morta, mas todo o seu grande corpo mutilado: verdadeiros edifícios que, embora incompletos, permitiam avaliar, (...) o grau de civilização daqueles que os haviam construído e possuído* (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN], 1948, p. 17).

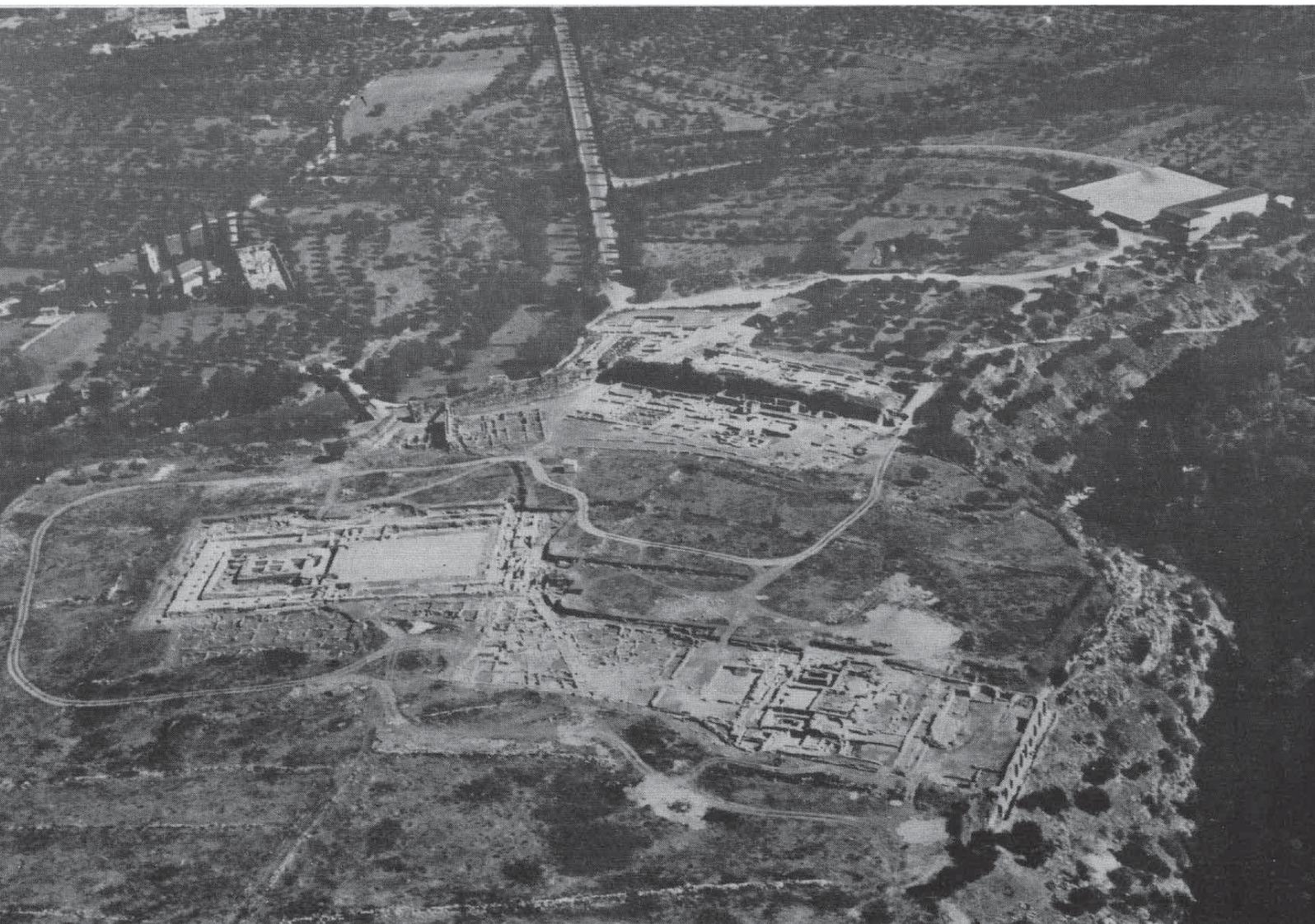
---

<sup>64</sup> Embora de forma pouco rigorosa, este trabalho serviu de base a um segundo quadro, a óleo, realizado pelo mesmo autor, no qual adiciona informação sobre a extensão das escavações dos anos 30 do século XX.

<sup>65</sup> Decreto-lei Nº 136 – 23 de junho de 1910, a vigorar a partir de 16 de junho de 1910, apresentado pela *Repartição de Obras Públicas*, da *Direcção Geral das Obras Publicas e Minas*, do *Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria*.

<sup>66</sup> Professor de História da Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

<sup>67</sup> Com a abreviatura DGEMN, organismo criado pelo Decreto n.º 16791, de 30 de abril de 1929, no seio do Ministério do Comércio, com o intuito de reunir os serviços de obras em edifícios e monumentos nacionais. Ver: Neto, M. J. B. (2001) *Memória, Propaganda e Poder: restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.



17. Primeira via de acesso às ruínas do *oppidum* romano de Conimbriga.

A promoção desta escavação, e a conseqüente *nacionalização* dos primeiros terrenos, decorre das intenções de cativar a atenção dos participantes do *XI Congresso Internacional de Antropologia e Pré-história*, realizado em Portugal. (Alarcão, Mayet & Nolen, 1989, p. 68).

*De 1930 a 1938 foi escavada uma faixa de terreno de cinquenta metros de largo, interiormente contígua à muralha. O desaterro conduziu à abertura de duas portas da cidade ao conhecimento da entrada e saída da «via» romana, à revelação da existência de um palácio, de termas, uma vila urbana e um balneário; e também de um pórtico monumental, que rebordava a via do lado sul, e sob a qual apareceria a base de um altar* (Correia, 1958, p. 8). De extrema importância, estabelece-se o primeiro estudo sobre o *aqueduto romano de Conimbriga*, através do reconhecimento da nascente e do ponto em que este cruzava a muralha exterior<sup>68</sup>.

A construção, em 1939, de uma estrada de acesso às ruínas subentende o propósito de criar a *estação arqueológica de Conimbriga*, de reunir e integrar de todos os vestígios, além de manifestar preocupações relativas à carência de estruturas e infraestruturas dedicadas à sua promoção turística. Desconhecendo-se ainda as ruínas "extramuros", descobre-se no decorrer destes trabalhos um *palácio ou moradia rica* (Correia, 1958, p. 12), denominada de *Casa dos Repuxos*<sup>69</sup>. A qualidade e o estado de conservação dos seus mosaicos causa discussões sobre a sua proteção e sobre a viabilidade de sistemas de cobertura.

Todos os *trabalhos de orientação, pesquisa, consolidação e restauração* (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN], 1948, p. 30), realizados entre 1939 e 1948, integram a primeira fase de um programa promovido pelo Ministério do Comércio e Comunicação. Deste programa resulta o Boletim da DGEMN<sup>70</sup> com o *subtítulo Ruínas de Conimbriga* (nº52-53), publicado em 1948 e, o principal documento de análise das operações realizadas. Esta campanha arqueológica integra uma política instituída pelo Estado Novo, a qual garantia que qualquer intervenção resultava num *testemunho palpável dos monumentos, (...) reintegrados na sua suposta forma primitiva* (Neto, 2001, p. 18). Por isso, procede-se à reconstrução de parte das muralhas e, especialmente, de um arco do aqueduto<sup>71</sup>, *com toda a pedra que primitivamente o havia constituído e que se encontrou no lugar próprio onde a derrocada, em remotos anos, a havia dispersado* (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN], 1948, p.31).

---

<sup>68</sup> Correia, V. (1958). *Conimbriga*. Coimbra: s.n.

<sup>69</sup> Ver: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1948). *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: ruínas de Conimbriga*, 52-53. Porto: Empresa Industrial Gráfica.

<sup>70</sup> Uma das referências literárias orientadoras desta tese.

<sup>71</sup> Esta reconstrução liderada por Vergílio Correia precede o ano de 1944, data de sua morte.



18. Mosaico romano exumado e exposto no Museu Monográfico de Conimbriga.

De salientar o papel, durante estes trabalhos, do arquiteto Baltazar de Castro, e como é óbvio, do historiador de arte Vergílio Correia.

As campanhas arqueológicas sobre o sítio de *Conimbriga* realizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais prolongaram-se até 1964. Desta segunda fase de intervenção resulta o segundo Boletim da DGEMN, com o mesmo subtítulo (nº116), publicado em 1964, o qual descreve o restauro dos mosaicos. Resumidamente, as ações realizadas durante este período incidiram sobre a restituição e consolidação dos vestígios exumados; *todo o terreno situado intramuros e algum extramuros foi adquirido; a área já bem definida foi vedada; acelerou-se o ritmo de consolidação, em especial dos mosaicos; fizeram-se escavações e sondagens em diversos pontos; descobriu-se um vasto edifício destinado a termas públicas e seus anexos; rasgaram-se novos acessos e melhoraram-se os já existentes; reconstituíram-se canalizações, jogos de água e jardins; ensaiaram-se novos processos de exposição in loco; e, finalmente, construiu-se o edifício do Museu Monográfico de Conimbriga* (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN], 1964, p. 15). Desta campanha destaca-se o papel orientador de Amoroso Lopes e, mais tarde, de João Manuel Bairrão Oleiro<sup>72</sup>.

Em 1960 inicia-se o processo de construção do Museu Monográfico de Conimbriga<sup>73</sup>. Da autoria do arquiteto Amoroso Lopes, o edifício em L adossado ao terreno com dois pisos, implanta-se a nascente do *oppidum* romano, entre a porta de *Sellium* e o rio de Mouros. Este equipamento alberga, no rés-do-chão, três salas de exposição permanente, uma sala de estar e sanitários e, no piso inferior, um laboratório, uma câmara escura, um armazém de depósito de peças arqueológicas, um gabinete, um espaço de trabalho, um quarto e instalações sanitárias e, a casa do guarda. A manifesta falta de espaço obriga a sucessivas ampliações. A primeira, em 1970, da autoria de Armando Martins apresenta um prolongamento, a nascente, do edifício original, formando com este um pátio exterior. Programaticamente, incluiu três novas salas de exposição, uma biblioteca/ sala de conferências e espaços técnicos. A segunda ampliação, em 1975, da autoria de António Portugal, define um novo corpo a oeste, criando um segundo pátio. Com a reorganização parcial do projeto de Amando Martins, desenvolve instalações sanitárias de apoio às ruínas e museu. Finalmente, em 1980, Fernando Lanhas reformula a lógica de entrada no edifício, agora feita através deste novo pátio, e encerra a entrada correspondente ao projeto do arquiteto Amoroso Lopes, convertendo este espaço numa galeria informativa.

---

<sup>72</sup> Professor da Faculdade de Letras da Universidade e Coimbra que, com a sua integração neste projeto a partir de 1955, introduz o método estratigráfico e o registo das escavações empreendidas.

<sup>73</sup> Inaugurado em 1962.



■ Amoroso Lopes (1962); ■ Armando Martins (1968); ■ António Portugal (1975); ■ Fernando Lanhas (1980).

19. Evolução formal do equipamento museológico da estação arqueológica de Conimbriga.



20. Entrada principal do Museu Monográfico de Conimbriga.

A primeira ampliação do Museu Monográfico surge da necessidade de conservação dos materiais exumados durante a campanha arqueológica *Luso Francesa*, desenvolvida entre 1964 e 1971, sob a direcção de João Bairrão Oleiro<sup>74</sup>, Robert Étienne e Jorge de Alarcão, fruto da colaboração da Universidade de Bordéus e do, recém-criado, Museu Monográfico de Conimbriga<sup>75</sup>. Esta iniciativa decorreu da proposta de colaboração de Robert Étienne a João Bairrão Oleiro, durante um ciclo de conferências, realizadas em Portugal em 1962, e patrocinadas pelo Ministério de Negócios Estrangeiros Francês. Os objetivos desta campanha prenderam-se, principalmente, com a definição, por meio de cortes estratigráficos, dos horizontes históricos de Conimbriga e com a descoberta do centro monumental. As doze campanhas de escavação executadas tiveram apoio financeiro de três entidades, nomeadamente, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Ministério de Negócios Estrangeiros Francês e do Ministério de Educação Nacional<sup>76</sup>. Estes trabalhos foram, do ponto de vista metodológico, significativamente, diferentes dos realizados anteriormente, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Ao contrário dos trabalhos anteriores, mais periféricos, estes desenvolveram-se a partir do centro do planalto, desde o limite sudoeste do *Forum flaviano* até às *Termas trajânicas*<sup>77</sup>, e foram sempre precedidas de sondagens. Esta intervenção, ao contrário das anteriores, não foi disciplinada pela consolidação imediata do monumento, mas pela escavação integral da ruína, até à rocha. Este processo permite identificar a origem cultural da ruína, além das etapas da sua transformação. Contudo, deste processo resultam perdas significativas, principalmente em relação à leitura da última fase de construção dos pavimentos. Esta campanha constitui-se como umas das mais significativas em *Conimbriga*, a partir da qual se estabeleceu a síntese histórica, tanto do desenvolvimento urbano do *oppidum*, como da sua integração nas campanhas de conquista romanas, da *Lusitania*. Resumidamente, foram identificados os limites das duas fases de construção do *Forum* e das *Termas do Sul*, os vestígios pré-romanos sob eles preservados, e outros elementos contíguos a estes dois monumentos<sup>78</sup>. Foram ainda realizadas sondagens nas galerias de acesso ao anfiteatro.

---

<sup>74</sup> Diretor do Museu Monográfico de Conimbriga, em 1967, muda-se para Lisboa para assumir o cargo de Inspetor Superior de Belas Artes, apenas participou na primeira fase, tendo sido substituído por Jorge Alarcão, na direcção da equipa portuguesa.

<sup>75</sup> O apoio, exclusivo, do recém-criado Museu Monográfico de Conimbriga, foi apontado pelos responsáveis da missão luso-francesa como um aspecto fundamental para o sucesso do projeto, o qual se dedicou a classificar, desenhar, e restaurar todo o material descoberto.

<sup>76</sup> Ministério que tutelava o museu.

<sup>77</sup> Já escavadas Por Bairrão Oleiro ao serviço da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

<sup>78</sup> Nomeadamente, vários conjuntos habitacionais, latrinas, uma praça, e uma fonte.



21. Passarela metálica de acesso ao *forum* romano.



22. Repavimentação da via de acesso ao *forum* romano.

A importância desta campanha, na elaboração desta dissertação, prende-se com o trabalho desenvolvido sobre o aqueduto romano, através da elaboração de sondagens sobre troços do seu percurso, da limpeza e do levantamento topográfico do tanque e da torre de captação de água, em Alcabideque. Os responsáveis desta missão, dedicaram o último ano de colaboração à finalização de trabalhos de escavação e elaboração de relatórios e desenhos. Toda a produção gráfica integra um relatório científico, de grande valor, intitulado *Fouilles de Conimbriga*. Esta obra, composta por sete volumes, expõe os trabalhos arqueológicos realizados, considerando sempre, em paralelo, a contextualização histórica, tanto do edificado como dos objetos, e integra um conjunto de levantamentos<sup>79</sup> da cidade, de edifícios públicos e privados. O segundo volume do *Fouilles de Conimbriga: l'architecture*, da autoria de Jorge de Alarcão e Robert Étienne, integra, também, a reconstituição, em modelo tridimensional, do *Forum flaviano* e das *Termas trajânicas*. Dos resultados desta missão e da autoria dos mesmos arqueólogos resulta a referência literária *O aqueduto romano de Conimbriga: relatório preliminar*, trabalho apresentado ao III Congresso Nacional de Arqueologia, o qual apresenta o estudo pormenorizado da infraestrutura hidráulica romana.

O período seguinte, balizado entre 1986 e 1944, é marcado pela implementação de um programa interventivo de proteção e valorização das ruínas, com o delineamento de Adília Alarcão<sup>80</sup> e apoio da Instituto Português do Património Arquitectónico<sup>81</sup>. Caracterizado como o primeiro período de intervenção arquitetónica sobre as ruínas, define a imagem atual da estação arqueológica. Este programa, sujeito a uma intervenção que respeitasse a integridade dos vestígios, surgiu da necessidade de desenvolver um percurso museológico que disciplinasse a visita turística e ajuda-se à compreensão da ruína. Das obras realizadas, projetadas pelo arquiteto Luís Marreiros<sup>82</sup>, destacam-se a repavimentação da via romana, precisamente, a secção da via de *Sellium* extramuros, da praça augustana intramuros e da via de acesso ao *forum*, a construção de uma passarela metálica de acesso ao *forum*, a repavimentação da praça deste equipamento romano e a cobertura da *Casa dos Repuxos*.

---

<sup>79</sup> Realizadas com o apoio de Raymond Monturet e Joseph Schreyeck, do Bureaux d'Architecture Antique de Pau.

<sup>80</sup> Então diretora do Museu Monográfico de Conimbriga.

<sup>81</sup> Com a abreviatura IPPAR, este instituto foi criado para substituir o Instituto Português do Património Cultural (IPPC).

<sup>82</sup> O primeiro percurso desenhado em 1980, tem assinatura de José Trindade Chagas, arquiteto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, aprovado pelos serviços do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), não foi realizado devido a questões estruturais, extremamente dependente dos muros originais, não cumprindo as premissas do plano.



23. Cobertura da *domus* romana *Casa dos Repuxos*.

A repavimentação da via romana foi realizada com cubos de cimento assentes em camada de areia, tornando a via transitável e garantindo a drenagem natural. A praça do Fórum, até então protegida com gravilha de calcário, foi repavimentada com lajetas de betão<sup>83</sup> sobre camada de areia. Circunscrita à parte central da praça, esta obra, facilita a leitura espacial da praça e permite a sua visita, até então negada. Ademais, a proteção do pavimento original é assegurada pela recusa no uso de argamassas.

A cobertura da Casa dos Repuxos<sup>84</sup> planeada desde a escavação, em 1939, por Vergílio Correia, foi realizada em estrutura metálica, parcialmente, coberta com chapa metálica opaca, interrompida, por uma secção translúcida<sup>85</sup>, em forma de abóbada, sobre o *peristilum* central. O percurso de visita, assegurado por uma passarela metálica sobrelevada, apoia-se num muro existente, parcialmente reconstruído. Esta diferença material de revestimento reflete a evocação ao ambiente da *domus* romana na recriação do contraste luz/sombra entre o interior e o pátio central<sup>86</sup>, além de referenciar a cota do pé direito original.

Finalmente, de 1995 a 2006, regista-se o último projeto de arquitetura desenvolvido em Conimbriga, produto do *Programa de Conservação e Valorização das Ruínas de Conimbriga*, implementado pelo Instituto Português de Museu em articulação com o Museu Monográfico de Conimbriga. Sob a autoria dos arquitetos Pedro Alarcão e José Carlos Cruz, a proposta de intervenção respeita os princípios estruturantes do plano elaborado por Adília Alarcão, nomeadamente os de preservação das estruturas arqueológicas, com intervenção mínima e reversibilidade garantida além, do desenvolvimento e implantação disciplinados de equipamentos de apoio logístico.

Propondo leitura inteligível da ruína e, reforçando o papel pedagógico do património, a proposta de intervenção atua sobre três monumentos da estação, especificamente sobre o *Forum*, sobre as *Termas do Aqueduto* e sobre as *Termas do Sul*. Caracterizada, principalmente, pela reconstituição de pavimentos e muros, toda a nova construção, com lajetas e bloco de betão, é separada das estruturas originais com mantas geotêxtis. Garantindo a proteção dos vestígios de ocupação primitiva, a restituição de cotas de pavimentos do período flaviano, exigiram a realização de plataformas metálicas.

---

<sup>83</sup> A dimensão escolhida para as lajetas de revestimentos, 60 por 90 centímetros, corresponde à dimensão média das lajes de calcário do pavimento original.

<sup>84</sup> Posteriormente em 1994, houve necessidade de criar painéis verticais em estrutura metálica que colocados a sul, protegem os mosaicos e estuques, da chuva.

<sup>85</sup> Realizada em policarbonato

<sup>86</sup> Requisito imposto pela diretora do Museu Monográfico de Conimbriga, Adília Alarcão.



24. *Oppidum* romano de Conimbriga: pormenores da última intervenção de consolidação.

Os circuitos de visita e acesso aos monumentos, são assegurados por passarelas em estrutura metálica, com fundações encastradas na rocha. Em particular, no *Forum* aumentou-se a superfície lajeada da praça central e reconstituíram-se três colunas, as quais integram elementos originais recolhidos *in situ*. No topo norte, levantou-se um muro de restituição das cotas do templo imperial e, por intermédio de uma passarela, prolongou-se o acesso turístico ao criptopórtico flaviano<sup>87</sup>. Nas *Termas do Sul* foram restituídas partes do *solarium* e da *palaestra*. No *solarium* procedeu-se à restituição de um dos muros de delimitação do *frigidarium*<sup>88</sup> e à repavimentação da área contigua à *natatio*. Através do limite sudoeste desta cota de intervenção construiu-se uma passarela de acesso à palestra flávio-trajânica que evoca o passeio porticado original. Na *palaestra*, propriamente dita, construíram-se planos de parede de restituição do seu perímetro e, sob plataforma metálica, o plano de pavimento original, permitindo a visita ao bairro indígena. Já, as *Termas do Aqueduto* foram tratadas como espaço de apoio a comunicações, com a constituição de dispositivo de bancadas, formalizado com estrutura leve e degraus em madeira.

Na sequência da requalificação das instalações sanitárias, estes dois arquitetos foram responsáveis em 2004, pela construção de um posto de turismo, localizado no topo noroeste do pátio oeste do Museu Monográfico, albergando funções de bilheteira e informação ao visitante.

Todas as intervenções descritas e o conhecimento da estação arqueológica de Conimbriga, são parte de um processo evolutivo, resultado de investigações permanentes<sup>89</sup>. Apesar disso, a área escavada corresponde a cerca de 17% do limite, mais lato, da cidade romana. A extensão das áreas de estudo depende, principalmente, da aquisição de terrenos pelo Estado e da capacidade imperativa de desenvolver dispositivos de conservação dos achados arqueológicos. Ademais a área de implantação da localidade de Condeixa-a-Velha, ainda intramuros, condicionará sempre este trabalho. Conclusivamente, todos os testemunhos formais de interesse social, político, cultural, arquitetónico e arqueológico, deste território, são contribuições para o desenvolvimento do *património*, para a conformação da *paisagem* e para a construção da sua *memória*.

---

<sup>87</sup> Devido à presença de vestígios pré-romanos,

<sup>88</sup> foram instalados dois pequenos equipamentos de apoio, para bar e sanitários.

<sup>89</sup> Nomeadamente, escavações pontuais realizadas por Salette da Ponte, Isabel Pereira e Virgílio Hipólito Correia, entre outros.



## Algumas considerações

*Le territoire n'est pas une donnée: il résulte de divers processus. D'une part, il se modifie spontanément: l'avancée ou le recul des forêts et des glaciers, l'extension ou l'assèchement des marécages, le comblement des lacs et la formation des deltas, l'érosion des plages et des falaises, l'apparition de cordons littoraux et de lagunes, les affaissements de vallées, les glissements de terrain, le surgissement ou le refroidissement de volcans, les tremblements de terre, tout témoigne d'une instabilité de la morphologie terrestre. De l'autre, il subit les interventions humaines: irrigation, construction de routes, de ponts, de digues, érection de barrages hydroélectriques, creusement de canaux, percement de tunnels, terrassements, défrichement, reboisement, amélioration des terres, et les actes mêmes les plus quotidiens de l'agriculture, font du territoire un espace sans cesse remodelé* (Corboz, 2001). A evolução paisagística de Conimbriga serve de referência à citação apresentada, constituindo-se como exemplo dos processos, naturais ou artificiais, que afetam qualquer território.

Após o abandono definitivo do aglomerado romano, a natureza recuperou a sua posição e soterrou qualquer vestígio de ocupação civilizacional, protelando a descoberta do mesmo até ao século XIX. Durante todo o período de sonegação de qualquer vestígio de intervenção humana neste território, esse novo *layout* natural permitiu o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais, com a plantação de oliveiras e exploração de matérias-primas. Desta última atividade existem ainda vestígios, especificamente duas pedreiras circunscritas ao núcleo urbano primitivo. Posteriormente, com a sua descoberta e incitadas pelo interesse arqueológico, desenvolveram-se sucessivas campanhas de escavação que, por conseguinte, conduziram a novas intervenções. Intervenções essas que não visaram apenas a escavação ou consolidação das ruínas, mas também a institucionalização do espólio arqueológico exumado numa estação arqueológica, ou seja, um ponto de interesse científico, histórico, cultural e turístico.

Conimbriga, enquanto resultado de todos estes processos, apresenta uma quantidade desafiadora, passe o aparente paradoxo, de problemas estruturantes. Esses problemas ocasionam a deficiente compreensão do núcleo urbano romano, dificultam a relação deste com localidades contíguas, nomeadamente Condeixa-a-Velha e Alcabideque e, impedem o desenvolvimento da estação arqueológica, reprimindo a oferta pedagógica e cultural que esta pode proporcionar. Resumidamente, estes problemas consistem na falta de infraestruturas e equipamentos adequados. Muitas das intervenções que foram realizadas não se adequaram nem à realidade urbana local, nem à conformação urbana estudada da cidade romana de *Conimbriga*, desrespeitando, no que concerne esta última, o seu limite, a sua organização e as suas ruínas.



25. Foto aérea da conformação atual da estação arqueológica de Conimbriga.

Pormenorizadamente, uma das primeiras intervenções, de carácter infraestrutural, desenvolvidas na estação arqueológica foi a construção do ramal de acesso viário. De carácter monumental, este acesso desenvolveu-se de forma retilínea, com direcção sudoeste/ nordeste, no alinhamento com a entrada sul da linha de muralha baixo-imperial. Esta primeira via de acesso rodoviário foi concebida numa fase embrionária das explorações arqueológicas, desconhecendo-se, até esse momento, os limites mais latos da cidade romana e, naturalmente, o desenvolvimento do *oppidum* entre as duas linhas de muralha. Inclusivamente, as obras deste ramal acabaram por ser interrompidas aquando da sua intersecção com as ruínas de uma das *domus* romanas mais prestigiadas da estação, a já referida e denominada de *Casa dos Repuxos*. Esta obra não só desconsiderou, por completo, o alinhamento viário da cidade romana como, durante a sua edificação, destruiu um segmento do aqueduto romano. Ademais, a posterior alteração de uso, de acesso viário para pedonal, em nada alterou a sua conformação incoerente com a realidade arqueológica deste território.

O segundo e definitivo ramal de acesso viário, com início a norte do primeiro e direcção norte/ sul, apesar de respeitar os limites augustanos do *oppidum*, foi construído sobre o mesmo critério de desrespeito pelas ruínas, nomeadamente pelo aqueduto romano. Contudo, manteve-se, até hoje, como principal, ou único, acesso à localidade de Condeixa-a-Velha, à estação arqueológica e ao Museu Monográfico de Conimbriga. Embora sirva eficazmente a população local, mantém uma relação desajustada com as ruínas romanas.

Este acesso viário conduz a um equipamento de carácter museológico, que no caso, tutela todo o espólio arqueológico, mas cuja implantação se sobrepõe a um segmento da muralha romana. O desejo de aproximação às ruínas consentiu a implantação deste museu, impossibilitando a delimitação integral do núcleo romano e desrespeitando, por consequência, os vestígios que devia proteger. Além disso, todas as ampliações sucessivas deste equipamento contribuíram para esta situação, conduzindo o turista pelo flanco sudeste do *plateau*, a sul das ruínas correspondentes à antiga entrada monumental na urbe.

Como já constatado, a falta de investimento não permite um desenvolvimento contínuo e coeso desta estação e, como produto disso, condena-a ao bloqueio dos trabalhos de escavação e consolidação e a um acesso limitado do visitante. A estação arqueológica de Conimbriga subsiste como um núcleo isolado e estático, o que é lamentável, considerando o contexto histórico que o vincula às localidades de Condeixa-a-Velha e Alcabideque. Condeixa-a-Velha deve a sua existência a uma ascendência romana e Alcabideque deve a sua importância, tanto num panorama islâmico como contemporâneo, à implantação da torre de captação de água do aqueduto romano.



26 e 27. Ruínas romanas: à esquerda, os arcos do anfiteatro e, à direita, o canal do aqueduto.

O aqueduto romano de Conimbriga tem sido alvo de destruições sucessivas. Apesar dos estudos realizados em torno das suas características formais e construtivas, em particular, os que constam na monografia *Fouilles de Conimbriga* e nos livros *O aqueduto romano de Conimbriga* e *A água e a persistência do Homem*, continua a ser um elemento pouco valorizado e exposto à falta de manutenção. Esta situação é lamentável, considerando as particularidades inatas a qualquer aqueduto, como elemento de ligação entre a fonte e a urbe que abastece. Apesar de já não cumprir as suas funções originais, podia ser considerado motor de desenvolvimento de ligação entre Conimbriga e Alcáideque.

Relativamente a Condeixa-a-Velha, o único vínculo desta localidade com a estação arqueológica é a permanência de duas pedreiras, circunscritas ao núcleo arqueológico, que em nada contribuem para uma relação entre os dois lugares. Pelo contrário, dificultam a leitura do *oppidum*, pela sua implantação coincidente com a via primitiva de acesso à cidade romana e de ligação a sul. Mais importante, para esta articulação, será o desenvolvimento de um plano estratégico de integração da Igreja Matriz de Condeixa-a-Velha, a qual se implanta no antigo alinhamento viário de ligação da cidade romana a norte, ou dos denominados *arcos do anfiteatro*, ou seja, dos vestígios dos túneis abobadados, os quais originalmente, permitiam o acesso à arena do anfiteatro, atualmente encobertos por duas habitações unifamiliares devolutas.

Não obstante, um dos maiores problemas da estação arqueológica de Conimbriga continua a ser a proteção das ruínas. Muitas delas continuam expostas às intempéries, submetendo o arqueólogo a debater-se com um dos grandes dilemas do seu trabalho, ou seja, entre escavar e deixar todo o espólio exposto ou não escavar e assim manter a conservação dos elementos. Além disso, em Conimbriga, o único equipamento dedicado à catalogação e armazenamento dos materiais extraídos desde cedo limitou os trabalhos arqueológicos. A única infraestrutura de proteção das ruínas, ou seja, a cobertura de proteção da *domus* romana, denominada de *Casa dos Repuxos*, não se adequa ao delicado património arqueológico na aproximação à muralha tetrárquica, pela sua forma robusta e respetiva materialidade.

Conclusivamente, subsiste a necessidade de desenvolvimento de um programa de promoção da estação arqueológica, através da construção de infraestruturas e equipamentos de apoio ao turismo, à exploração arqueológica e de serviço comunitário. Além disso, é imperiosa a integração de Conimbriga num plano estratégico de desenvolvimento concelhio, como um núcleo dinâmico e em expansão, imprescindível à oferta pedagógica e cultural do concelho e à *memória* dos seus habitantes.



ARQUITETURA



*Arquitectura é antes de mais nada construção (...) concebida com o propósito primordial de ordenar e organizar o espaço para determinada finalidade e visando determinada intenção* (Costa, 1995). A sua definição continua a revelar bases vitruvianas, sendo uma arte de construção, estruturada sobre os princípios da *firmitas*, da *utilitas* e da *venustas* (Vitruvius, Maciel & Howe, 2006, p.41). Define-se enquanto *método ou estilo de construção que caracteriza uma civilização ou uma época*, ou como *o conjunto das obras arquitetónicas realizadas num dado período*<sup>90</sup>. Em consequência, a forma arquitetónica constitui-se testemunho da *identidade do grupo social*<sup>91</sup> que representa, integrando características a este intrínsecas e distintivas.

O nosso sentido de identidade prende-se, indubitavelmente, com o estudo de qualquer referência histórica, escrita ou construída - *testemunha do passado, luz da verdade e vida da memória*<sup>92</sup> -, ou seja, com o estudo do património, enquanto *bem, ou conjunto de bens, de natureza material ou imaterial de reconhecido interesse (cultural, histórico, ambiental, etc.) para determinada região ou país*<sup>93</sup>.

Em conformidade com a legislação portuguesa, o *Património Cultural* representa uma *realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional, e para a democratização da cultura*<sup>94</sup>. Este integra todo o *património arquitetónico*, construído e paisagístico, e *arqueológico*. Ambos constituem testemunhos da interação humana com o território e da identidade coletiva e cultural, refletindo valores de *memória*, fatores de diferenciação e valorização territorial, estabelecendo-se, pela preservação, como parte do legado humano. Por isso, qualquer intervenção sobre o património *deve observar e cuidar das diversas valências e expressões que o caracterizam e que lhe conferem um carácter único e insubstituível, numa operação técnica pluridisciplinar integrada e exigente*<sup>95</sup>. Já que intervir sobre contexto patrimonial compreende, efetiva e naturalmente, reflexão acerca dos limites de intervenção. E, quaisquer considerações sobre património arqueológico impõem maior sensibilidade e, por isso, fronteiras mais rígidas.

---

<sup>90</sup> Significado, parcial e, literal, da palavra *arquitectura* em Costa, J. A. & Melo, A. S. (eds.) (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa* (7.ª ed.) Porto: Porto Editora.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Reflexão estabelecida por *Marcus Tullius Cícero* (106 a.C. – 43 a.C.), escritor e filósofo romano.

<sup>93</sup> Significado, parcial e, literal, da palavra *património* em Costa, J. A. & Melo, A. S. (eds.) (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa* (7.ª ed.) Porto: Porto Editora.

<sup>94</sup> Decreto-lei n.º. 107/2001, de 8 de setembro. Diário da República: I série – A, n.º. 209 (2001), o qual estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

<sup>95</sup> Conteúdo relativo ao tema *Património Arquitetónico*, retirado do site da Direção Geral do Património Cultural.



28. Giovanni Battista Piranesi, *Via Appia e Via Ardeatina, Le Antichità Romane*, 1756.

As práticas de proteção patrimonial atuam sobre *o monumento, sendo este qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A sua especificidade prende-se então, precisamente, com o seu modo de acção sobre a memória* (Choay, 2008, p.17). Por conseguinte, *o culto prestado (...) ao património (...) exige um questionar, uma vez que ele é revelador, negligenciado e, contudo, incontestável, de um estado da sociedade e das questões que nela existem* (Choay, 2008, p.12).

A consideração de *monumento histórico* surge em consequência da transição entre dois períodos da *História da Europa*, especificamente entre a *Idade Média* e a *Idade Moderna*, no século XV. Com a aurora de um novo clima económico, social, cultural, filosófico e intelectual, a atenção é dirigida aos testemunhos, escritos e construídos, da Antiguidade clássica e, inevitavelmente, às ruínas romanas, exemplos maiores da destreza humana<sup>96</sup>. Em referência a este novo contexto e em poucas palavras, *Leon Battista Alberti* (1404-1472), arquiteto, teórico de arte e humanista italiano, elucida-nos sobre o comportamento negligente e censurável que, durante dez séculos, presidiu as práticas sobre o património e expressa o seu parecer sobre esse tema: *não consigo deixar de me revoltar, ao ver como, por causa da negligência – para não usar uma expressão mais forte: poderia ter dito avareza – de uns, se degradem monumentos que, pela sua excelência e esplendor, foram respeitados até pelo inimigo bárbaro e louco, ou que mesmo o tempo, tenaz destruidor, os teria deixado perdurar eternamente* (Alarcão, 2009, p.16), defendendo que *todo o homem de bem e amante da cultura tinha o dever de contribuir para uma doutrina, que os mais sábios entre os nossos antepassados muito respeitaram, fosse salva da destruição* (Alarcão, 2009, p.16). Esta perspetiva teórica integra as medidas de salvaguarda do património adotadas durante o Renascimento.

Durante dois milénios, inúmeras reflexões têm sido elaboradas sobre o tema de *intervenção sobre o património*. Distintas e muitas vezes contraditórias, todas essas considerações tiveram como premissa a importância do testemunho histórico e do legado cultural e a noção de que *as épocas que se caracterizaram por um grande passo em frente se distinguiram das outras por um estudo, mesmo parcial do passado* (Viollet-de-Duc, 1967). Mesmo uma arquitetura sem referências históricas, de grau zero de interpretação e puramente objetual, pressupõe nas suas bases teóricas a renúncia da *memória*, e com esta escolha acaba, inevitavelmente, por a integrar. Pois, *todo o nosso sentimento e compreensão estão, (...), enraizados no passado, por isso, o significado que criamos com o edifício deve respeitar a memória*. (Zumthor, 2005, p.17).

---

<sup>96</sup> Ver: Choay, F. (2008). *Alegoria do património* (3.ª ed.). Lisboa: Edições 70.



29. Descoberta e escavação da *domus* romana, conhecida como *Casa dos Repuxos*.



30. *Domus* romana, *Casa dos Repuxos*, após o restauro e a construção da cobertura de proteção.

Considerando, principalmente, o *património arqueológico* e os seus monumentos, *há quem advogue que se não devem fazer restauros, porque uma maquete, desenhos ou, restituições virtuais tridimensionais respondem ao problema de como ajudar os visitantes a imaginarem os edifícios, tais como seriam. Há quem sustente que os restauros só devem fazer-se quando, dos edifícios, permanecem muitos elementos autênticos de modo que o restauro é mais uma anástilose ou remontagem que verdadeiro restauro. Há quem conceda que o restauro pode fazer-se no caso de edifícios como teatros ou anfiteatros, onde poderão voltar a encenar-se espetáculos (mesmo que não sejam recriações de espetáculos antigos).* (Dias & Alarcão, 2008, p.13). Seja qual for o parecer teórico defendido, *há sempre uma intervenção mínima necessária para que a ruína se conserve ou para que se evite, tanto quanto possível, o processo da sua progressiva degradação.* (Dias & Alarcão, 2011, p.12).

Na estação arqueológica de Conimbriga as preocupações inerentes à conservação do espólio arqueológico têm acompanhado, desde o princípio, os trabalhos de escavação realizados. Como já demonstrado, a relutância do trabalho arqueológico prende-se com as condições de salvaguarda do material escavado que pela exposição, e no caso do não desenvolvimento de mecanismos de proteção ou cobertura, manter-se-á exposto à degradação.

As premissas subjacentes aos trabalhos de escavação de ruínas, em Conimbriga, têm divergido em função das equipas de arqueólogos e das instituições responsáveis. Os primeiros trabalhos, realizados entre as décadas de trinta e quarenta, sob a tutela da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, foram realizados, naturalmente, de forma pouco informada sobre a verdadeira escala da cidade e com uma estratégia de intervenção que pretendia garantir a reposição do esplendor monumental primitivo.

Todos os trabalhos de escavação realizados estimularam o *desejo arriscado em completar a ruína, procurando uma concordância formal e construtiva entre os fragmentos presentes e o restante ausente*, tanto através de reconstituições gráficas, *que ampliam o conhecimento do monumento*, como através de pequenas intervenções de consolidação *que o procuram tornar mais inteligível, enriquecendo a história e a arqueologia, bem como a arquitectura, como teoria e como prática* (Dias & Alarcão, 2011, p.8). O processo de consolidação de ruínas ampliou-se em comunhão com os objetivos de tornar Conimbriga uma estação arqueológica visitável, os quais exigiram intervenções que tornassem inteligível o espólio arqueológico. De salientar que só os trabalhos da *Missão Luso Francesa*, com a descoberta do centro monumental, o estabelecimento da síntese histórica do *oppidum* romano e o levantamento e reconstituição gráficos de todos os elementos permitiram que tanto as escavações como os próprios trabalhos de restauro adquirissem uma direção mais assertiva e categórica.



31. Aspeto da secção intramuros do aqueduto romano durante os trabalhos de escavação.



32. O mesmo aqueduto após os trabalhos de restauro do arco.

Mas *devem ou não devem fazer-se restauros que ultrapassem as necessidades de conservação das ruínas?* (Dias & Alarcão, 2011, p.13). *O restauro podendo (ou devendo) contribuir para a conservação da ruína, tem muitas vezes outro objectivo: o de ajudar o visitante a imaginar como seria, originalmente o edifício de que hoje só temos a ruína. Por isso se elevam muros, se constroem colunas (aproveitando, se possível, elementos autênticos), se arma um entablamento ou até (pelo menos parcialmente), um telhado.* (Dias & Alarcão, 2011, p.13).

Cada ruína exige uma resposta diferente de intervenção. Seja ela qual for, imperativamente, em primeiro lugar estará a sua proteção. Terá sido esta a premissa da intervenção do arqueólogo Vergílio Correia no sítio arqueológico de *Conimbriga*. Esta compreendeu a restituição do único arco do aqueduto romano interior à muralha baixo-imperial. Sob o processo de repriminção, esta obra subentende uma doutrina centrada na compreensão/leitura da constituição urbana da cidade romana, elucidando o visitante acerca do sistema de abastecimento de água do *oppidum*, da escala desta infraestrutura hidráulica e da sua implantação intramuros. *O arco reconstituído conserva, sem dúvida, a mesma composição e o mesmo desenho de outrora – e, sobre a larga rua, entre as muralhas consolidadas a que se arrima, restabelece, de facto, um dos aspectos arcaicos mais característico da extinta cidade* (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN], 1948, p. 27). Contudo, a formalização desta restituição revela-se insatisfatória dado o recurso a uma estrutura metálica, oculta, ludibriando o olhar mais inocente acerca do sistema construtivo da construção original.

Também a *domus* romana, conhecida como *Casa dos Repuxos*, foi alvo de trabalhos de restauro. Além disso, exigiu a construção de uma cobertura de proteção. Este mecanismo *que evita o restauro mas garante a conservação* (Dias & Alarcão, 2011, p. 13), apesar da solução estrutural satisfatória na ação sobre a ruína, não se adequa à restituição do edifício original, apesar do ajuste da cobertura sobre o peristilo.

*Todos os trabalhos que se façam de restauro, elevando paredes, recompondo ou refazendo colunas, repavimentando espaços são sempre melindrosos e, frequentemente polémicos* (Dias & Alarcão, 2011, p.12 e 13). Deste facto são exemplo os dois casos de estudo analisados, a obra de *recuperação e valorização patrimonial da aldeia de Idanha-a-Velha*, da autoria dos arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez e, o projeto de *reabilitação e restauro do teatro romano de Sagunto*, da autoria dos arquitetos Giorgio Grassi e Manuel Portaceli. Constituem dois exemplos de intervenção sobre o património, que consideram as condicionantes intrínsecas a qualquer ação desta natureza. Além disso são duas referências importantes ao desenvolvimento do plano estratégico de intervenção de salvaguarda do património arqueológico de Conimbriga.



## Projeto de recuperação e valorização patrimonial da aldeia de Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova.

Idanha-a-Velha é uma das localidades da freguesia da *União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha*, do concelho de *Idanha-a-Nova*. Neste contexto administrativo, integra, na *Região Centro*, o distrito de *Castelo Branco*, e o agrupamento de concelhos da *sub-região da Beira Interior Sul*. Logra, ainda, da sua localização central, nos contextos nacional e peninsular, pela proximidade ao limite territorial com Espanha e a vários municípios espanhóis, nomeadamente, à capital, *Madrid*. Além disso, é servida, direta ou indiretamente, por um conjunto de ligações viárias ao exterior<sup>97</sup>, indispensáveis à sua estratégia de ocupação e desenvolvimento urbanos.

Constitui-se como uma das *Aldeias Histórias de Portugal* e deve a sua classificação enquanto *Monumento Nacional*<sup>98</sup> e a sua importância patrimonial, histórica e cultural ao espólio de *interesse arquitetónico e arqueológico* que compreende. Em semelhança a Conimbriga, reúne vestígios notáveis de ocupação sucessiva.

A *memória* desta localidade procede do processo de conquista e ocupação romana da Península Ibérica, remontando ao século I a.C., em conformidade com a organização político-administrativa do território da *Hispania* (Península Ibérica), empreendida sob o domínio imperial de Augusto. Com o nome de *Igaeditania* ou *Egitania*, este *oppidum*, construído de raiz<sup>99</sup>, integrava, igualmente, a província da Lusitânia. Capital da *Civitas Igaeditanorum*, tutelava um vasto território, tendo como fonteira natural, a sul, o rio Tejo, a nascente, o rio Erges, e a poente, as serras da *Gardunha* e do *Murada*. No panorama romano, *Igaeditania* ou *Egitania* deveu a sua importância à relação com estrutura viária peninsular romana, constituindo-se enquanto *estação viária* do itinerário de ligação entre *Bracara Augusta* (Braga) e a capital da sua província, *Colonia Augusta Emerita* (Mérida). Segundo José Hermano Saraiva, o *oppidum* da *Igaeditania* era servido por uma estrada fluvial sobreposta ao rio Ponsul<sup>100</sup>. Por todas estas razões é elevada à categoria de *municipium*.

---

<sup>97</sup> As quais integram a estrutura viária nacional. Destacam-se a Autoestrada n.º 23, Itinerário Complementar n.º 31 e as Estradas Nacionais n.º 240, 332 e 354.

<sup>98</sup> Decreto-lei n.º 67/97, de 31 de dezembro, do Ministério da Cultura. Diário da República, I Série-B, n.º 301 (1997), que procede, à classificação de um conjunto de imóveis, aos quais foi reconhecido relevante interesse arquitetónico ou arqueológico. Pois a *classificação do património constitui o principal instrumento de que o Governo dispõe para a preservação e valorização do património histórico e cultural*.

<sup>99</sup> «*Oppidum*» governado por quatro «*magistri*». Ver: Alarcão, J. de (1977). *Portugal romano*. Lisboa: Editorial Verbo.

<sup>100</sup> Este curso natural nasce em Idanha-a-Nova e desagua em Malpica do Tejo, atravessando os concelhos de Idanha-a-Nova e Castelo Branco. Ademais contorna a plataforma de implantação do *oppidum* romano.



33. Torre de menagem dos *Templários* construída sobre o embasamento do *forum* romano.



34. Igreja Matriz de *Santa Maria* de Idanha-a-Velha, após a recuperação.

São vários os vestígios recolhidos *in situ* que evidenciam a permanência civilizacional<sup>101</sup> neste ponto geográfico. Enquanto testemunhos da ocupação romana subsistem, em primeiro lugar, o *podium* do *forum* romano, a muralha perimetral<sup>102</sup> e a porta, a norte. O *batistério*, as ruínas anexas do *Palácio dos Bispos* e a *Basílica/ Sé Catedral*<sup>103</sup> marcam momentos áureos de desenvolvimento, enquanto sede diocesana, durante o período visigótico, sob o nome de *Egitânia*. A ocupação muçulmana, sob o topónimo de *Idânia*, influenciou, provavelmente, a denominação contemporânea de Idanha. Após a reconquista por D. Afonso III e, mais tarde, pela sua doação de D. Afonso Henriques à ordem do Templo, resulta a torre de menagem dos Templários, construída sobre o embasamento do templo romano. De referir ainda vestígios de ocupação moderna, nomeadamente um lagar de varas com logradouro e um grupo de palheiros.

Neste contexto, Idanha-a-Velha é objeto de um programa integrado de conservação e valorização do património *monumental*, promovido pelo Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) com o apoio da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. De entre várias intervenções destaca-se o projeto<sup>104</sup> de recuperação e valorização patrimonial, da autoria de Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez.

Alexandre Vieira Pinto Alves Costa (Porto, 1939) e Sérgio Leopoldo Fernandez Santos (Porto, 1937) são uma dupla de arquitetos formados em Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto (1966 e 1965, respetivamente). Ambos são reconhecidos pela dedicação à atividade pedagógica, ao serviço do ensino de arquitetura, enquanto docentes da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, e à atividade profissional, com amplo acervo construído. Da colaboração dos dois, em conjunto com José Luís Gomes, resulta a constituição de um escritório de arquitetura, denominado *Atelier 15*, cujas obras realizadas são reflexo dos princípios que definem as suas práticas de intervenção. Como resultado da qualidade, contemporaneidade, rigor e cuidado histórico das suas intervenções sobre património construído, é-lhes atribuído, em 2009, o prémio AICA/MC<sup>105</sup> 2008, na categoria *Arquitetura*.

---

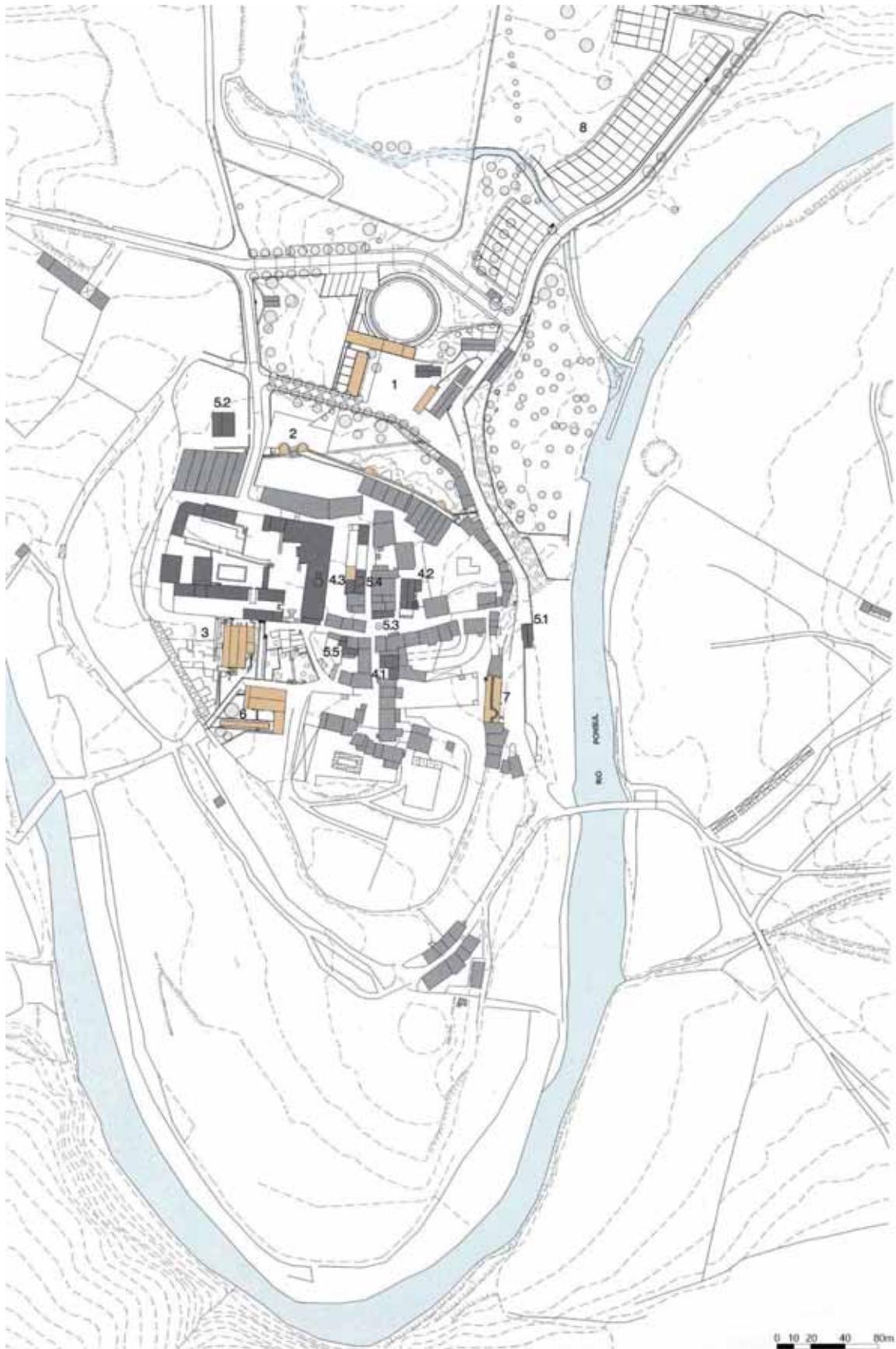
<sup>101</sup> Idanha-a-Velha recebeu várias tentativas de repovoamento; em 1229 foi estabelecida por D. Sancho II como concelho e em 1319 foi incluída na Ordem de Cristo, por D. Dinis. Em 1510, D. Manuel I instituiu-lhe novo título concelhio, do qual o Pelourinho é testemunho. Em 1762 figurava como vila, na comarca de Castelo Branco; em 1811 e em 1821 tornava-se sede de um pequeno concelho, extinto em 1836.

<sup>102</sup> Resultante da primeira fortificação datada do século II, sujeita a remodelações ao longo do século IX e a reforços no período dionísio.

<sup>103</sup> De origem paleocristã, com três naves, foi sujeita a uma campanha de remodelação durante o século IX, sendo posteriormente adaptada a outros estilos entre os séculos XIV e XVI.

<sup>104</sup> *Todo o processo foi sendo enriquecido interdisciplinarmente pela presença de arqueólogos, historiadores e arquitetos* (Dias & Alarcão, 2008, p.78).

<sup>105</sup> Por extenso, Associação Internacional de Críticos de Arte/ Ministério da Cultura.



35. Projeto de *recuperação e valorização patrimonial* de Idanha-a-Velha.

Alexandre Alves Costa, um dos arquitetos responsáveis pelo projeto de recuperação e valorização patrimonial da aldeia de Idanha-a-Velha, declara que *o olhar sobre Idanha deverá perscrutar arqueologicamente todos os passados para reconstituir uma história longa que nada tem a ver com a nossa vivência pessoal, por estarmos certos que ela é instrumento insubstituível no projecto transformador que nos encomendaram* (Dias & Alarcão, 2008, p. 77). E que *o estímulo principal para uma intervenção em Idanha-a-Velha foi e continua a ser possibilidade de a concretizar através de um programa que sintetiza dois fatores indissociáveis: o desenvolvimento e a preservação e valorização patrimonial* (Dias & Alarcão, 2008, p. 77). Este projeto considerou a *necessidade de preservação de um património único, da sua valorização como elemento de dinamização local, no sentido de um turismo qualificado, encarando, ainda a beneficiação e construção de raiz de equipamentos ou habitações, de interesse óbvio para os habitantes e fundamentais para a sua fixação, numa tentativa de inverter o processo de desertificação em curso*. (Dias & Alarcão, 2008, pp. 77 e 78). Assumindo que o método nasce da circunstância de cada caso e que todo projeto resulta da construção sobre o construído.

No sentido de reorganizar todo o espaço urbano, revitalizando-o no domínio social, económico, político e cultural, a intervenção sobre Idanha-a-Velha incluiu: o reordenamento *da Praça do Espírito Santo* e da sua envolvente (1), a reconstrução da *Porta Norte* e os arranjos exteriores da área confinante com o lanço de muralha com a mesma orientação (2), o restauro e reutilização da *Sé Catedral* em integração com as áreas limítrofes (3) o restauro de um forno comunitário (4.1), a recuperação da *Igreja Matriz* (4.2), a reabilitação de duas habitações (4.3), o restauro e a reutilização dos *Antigos Paços do Conselho* (5.4), a recuperação do *Lagar de Varas* e a reutilização do seu logradouro para o *Arquivo e Musealização de Epígrafes* (6) e, finalmente, a recuperação de um grupo de palheiros, denominados *Palheiros de S. Dâmaso*. Este plano integrou ainda uma capela (5.1), o posto de acolhimento e a loja do IPPAR (5.2) a Sede da Junta de Freguesia e posto médico (5.4), e ainda, um plano de expansão habitacional exterior ao núcleo muralhado.

*Em termos de conclusão: pretendeu-se que o resultado final e global desta e de outras intervenções em Idanha-a-Velha tivesse um significado múltiplo, antropológico e/ou histórico, dando sinal do fluir do tempo, sem recusar a transformação e a contemporaneidade legíveis dos novos usos, nos novos materiais, nas novas concepções de património* (Dias & Alarcão, 2008, p. 85). Este projeto de *recuperação e valorização patrimonial* é um exemplo importante de intervenção sobre o património, e por isso, de extrema relevância no desenvolvimento da proposta de intervenção individual de salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico intrínseca à articulação urbana entre Conimbriga e Alcabideque.



## Projeto de *restauración y rehabilitación* do teatro romano de Sagunto, Valência, Espanha.

Sagunto é o município-capital da *Comarca de Camp de Morvedre*<sup>106</sup>, da província de *Valencia* (ou *País Valenciano*), em Espanha. Neste contexto administrativo, integra a faixa litoral norte espanhola, perto da *Costa del Azahar*<sup>107</sup>, em confronto com o Mar Mediterrâneo. Logra da sua localização, próxima da capital da província que integra – *Valencia* –, confinante à costa mediterrânica e condicionada, a norte, pelo  *río Palancia*, particularidades indispensáveis à sua ocupação e desenvolvimento.

Sagunto deve a sua importância patrimonial, histórica e cultural ao espólio de *interesse arquitetónico e arqueológico* que compreende. Em semelhança a Conimbriga reúne vestígios notáveis de ocupação sucessiva, os quais resultam do reconhecimento das suas características naturais, nomeadamente, geográficas, hídricas e topográficas.

A *memória* deste município precede a ocupação romana e está associada à segunda Idade do Ferro. De nome *Arse*, este povoado desenvolveu-se no século VI a.C., no extremo oeste da colina de Sagunto<sup>108</sup>. Esta escolha de implantação relaciona-se, essencialmente, com a ligação marítima, como interposto comercial, entre as regiões interior e costeira.

Estima-se que o primeiro contato entre romanos e a povoação ibérica tenha ocorrido entre 214 e 212 a. C. Assumindo um novo topónimo, *Saguntum* é reflexo da apropriação e ampliação urbanas do núcleo precedente, constituindo-se um novo setor, a este, do povoado primitivo. No ano de 56 a.C. *Saguntum* é convertida numa *civitas federata*, instituindo, naturalmente, o processo de transformação urbana. Posteriormente, sobre o domínio de Augusto e mediante a reorganização político-administrativa do território da *Hispania* (Península Ibérica), *Saguntum* integra a província *Tarraconensis*<sup>109</sup>, administrada a partir da capital *Colônia Júlia Cidade Triunfal Tarraco* (Tarragona). A importância estratégica atribuída à proximidade de um rio e do mar é reforçada, no início do século I a.C., em consequência da ampliação do complexo cívico e religioso, no topo da colina, a qual altera o eixo de desenvolvimento do *oppidum*, orientando-o no sentido norte-sul. A renovação urbana do período imperial dota-o de infraestruturas viárias e hidráulicas e equipamentos, dos quais se destaca o *forum*.

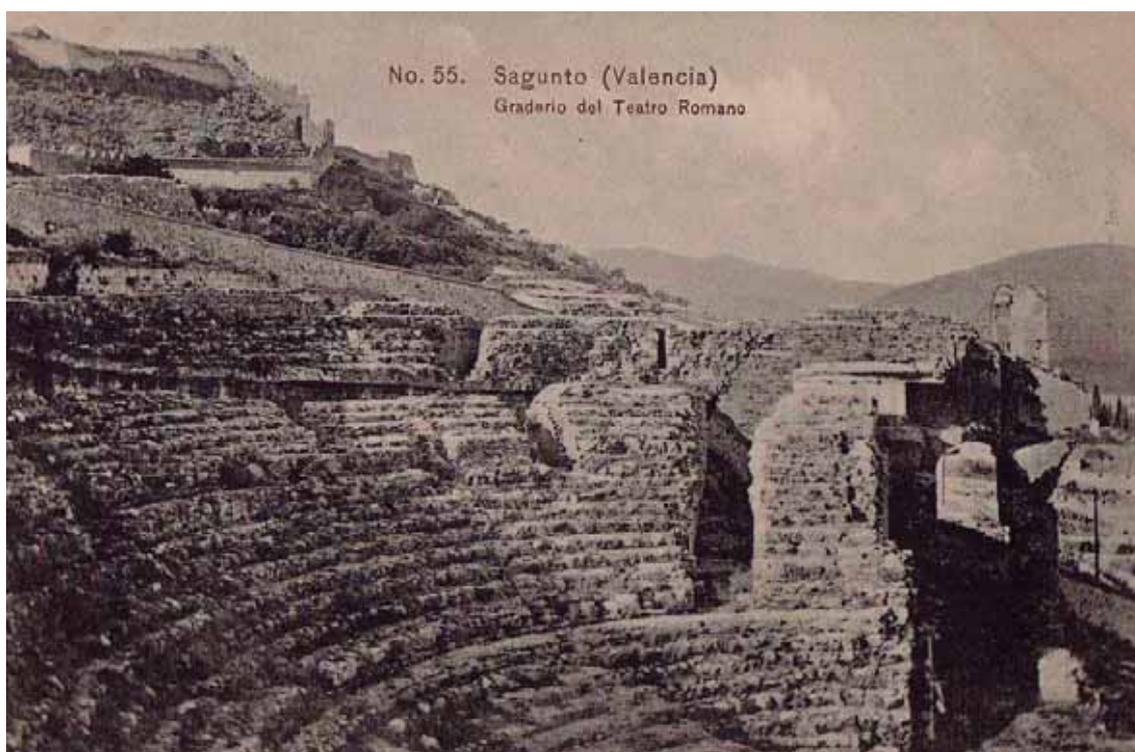
---

<sup>106</sup> O termo *comarca* definia, originalmente, um território limítrofe ou região fronteiriça. Esta, especificamente, integra a Comunidade Valenciana, em Espanha. A sua denominação tem origem árabe e remete para o topónimo da sua capital, até ao século XX.

<sup>107</sup> Nome turístico atribuído à costa do Mar Balear, no Mediterrâneo. Situada na província de *Castellón*, desenvolve-se ao longo de 120 km de praias.

<sup>108</sup> Limite sudeste da *Sierra Calderona*.

<sup>109</sup> Uma das três províncias que organizam o território peninsular.



36. Teatro romano de Sagunto, antes ao *projeto de restauro e reabilitação*.



37. Teatro romano de Sagunto, após o *projeto de restauro e reabilitação*.

Apesar das condicionantes morfológicas do domínio de implantação, esta redefinição, aproxima-se do sistema *hipodâmico* ortogonal, estruturando a rede viária a partir de duas vias principais: o *cardo maximus*, com orientação norte/sul, prolongava intramuros a ligação ao rio Palancia<sup>110</sup> o qual, na ligação ao topo a colina, perdia a sua constituição retilínea apoiando-se em plataformas sucessivas e, o *decumanus*, com sentido este-oeste, desenvolvia-se na base da colina. O *oppidum* tinha o seu abastecimento de água garantido por um aqueduto, com nascente a sudoeste, em *Figueroles*, e com uma extensão de 1,5 quilómetros de comprimento<sup>111</sup>. Em meados do século I d.C., procede-se à construção do *Teatro romano de Sagunto*<sup>112</sup>, implantado na encosta norte da colina, numa plataforma de cota intermédia. A sua *cavea*, com capacidade de acolher 6000 espectadores, orienta-se a nordeste e, à exceção do pórtico superior com arquibancada, desenvolve-se em linha reta garantido a sua funcionalidade acústica. Nesta fase articula, ao nível inferior da plataforma de cena, um *peristilum* e o *post scaena* de dois pisos.

A cidade antiga nunca foi abandonada, conforme atesta a presença de construções das diversas épocas que atravessou: ibérica, romana, visigótica, islâmica, medieval, cristã moderna e contemporânea. Sagunto, cidade contemporânea, corporaliza um amplo espólio cultural e arquitetónico reunido ao longo de mais de dois milénios de ocupação humana. A intervenção de maior relevância sobre as ruínas romanas inicia-se em 1985 com o projeto de *Restauración y rehabilitación del teatro romano de Sagunto*, de Giorgio Grassi e Manuel Portaceli, em resultado de uma encomenda da *Generalitat Valenciana*.

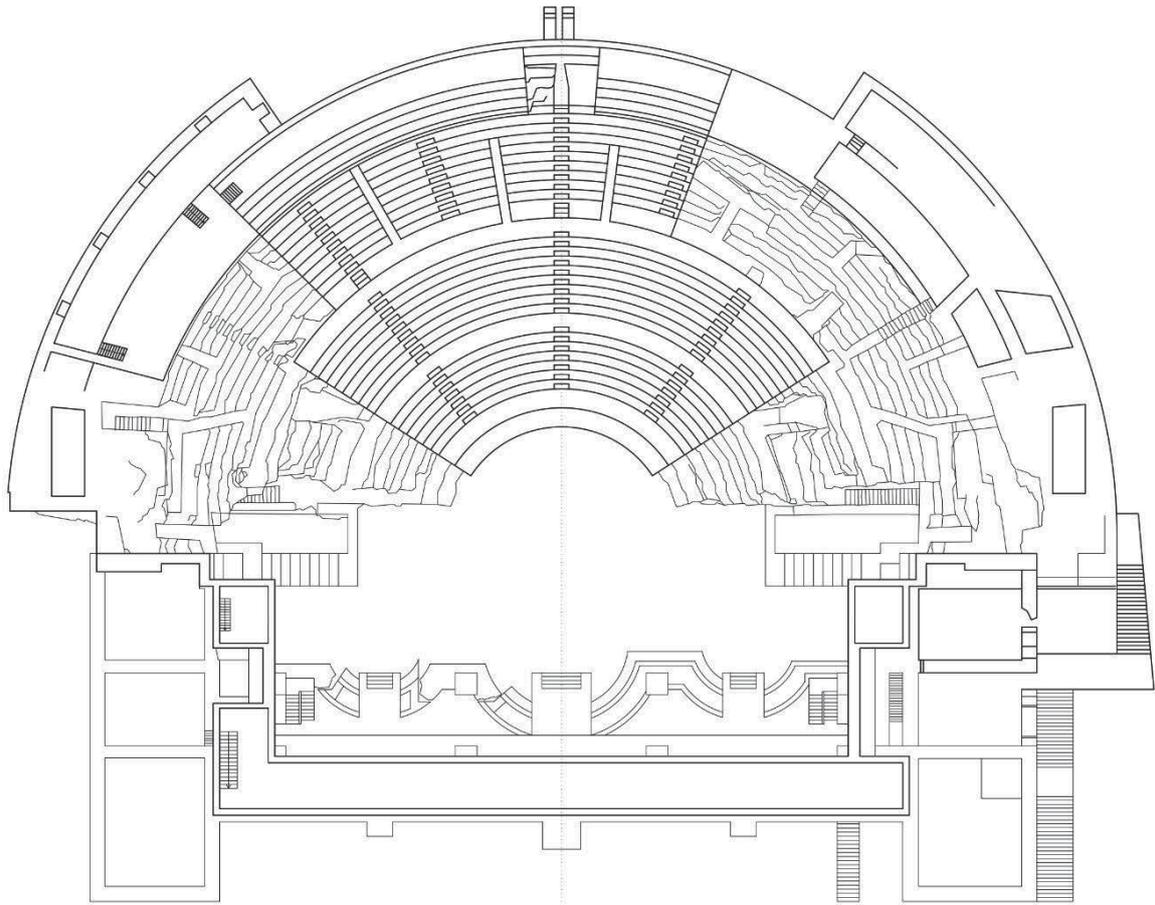
Giorgio Grassi (Milão, 1935) e Manuel Portaceli Roig (Valência, 1942) são uma dupla de arquitetos formados, respetivamente, pela Universidade Politécnica de Milão e pela TS School of Architecture de Barcelona. Giorgio Grassi é reconhecido pelo seu trabalho como docente universitário, pela sua vasta produção escrita e pelo seu acervo construído, severamente racional, influenciado pela sensibilidade clássica e pela dialética moderna. O trabalho de Manuel Portaceli distingue-se pela intervenção sobre o património arquitetónico e arqueológico, de que se destaca, pela controvérsia, o projeto de reabilitação deste teatro romano. Os vários prémios atribuídos a estes dois arquitetos, ao longo das respetivas carreiras, são prova de reconhecimento da qualidade, rigor e dedicação à prática arquitetónica.

---

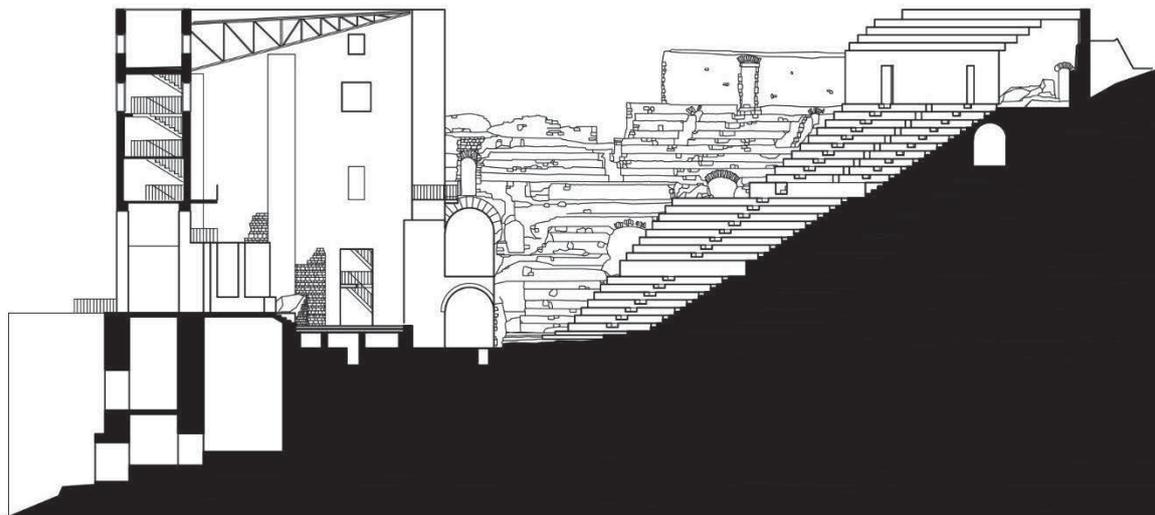
<sup>110</sup> Local onde uma ponte definia o eixo de acesso à urbe, a *Via Augusta*.

<sup>111</sup> Este entrava no recinto urbano pelo lado oeste, a meia encosta, o que obrigava a recorrer a cisternas para resolver o problema do abastecimento de água, na cota alta. Estruturava a ocupação desde o topo este da colina, com a construção da grande plataforma do fórum municipal, que absorve o núcleo republicano anterior, até à cota baixa.

<sup>112</sup> O Teatro romano de Sagunto foi classificado de Monumento Nacional em 1986 e, integrado na lista do Património Mundial da Unesco em 2001.



38. Planta intermédia do teatro romano de Sagunto (escala 1/400).



39. Corte longitudinal do teatro romano de Sagunto (escala 1/500)

*La rehabilitación que hoy se lleva a cabo en Sagunto es ejemplar porque desafía el mito romántico de las ruinas y rescata del olvido la arquitectura antigua como valor de civilización. Va mas allá de la nostalgia de la presentación de aquello que ya no existe, una especie de cultura de lo negativo, para proponer, desde el conocimiento y la sensibilidad, desde la capacidad por distinguir entre lo nuevo y lo histórico, una experiencia de la arquitectura más próxima a lo que fuera en el pasado y más acorde con las posibilidades de que, a través de experimentarla, nuestros contemporáneos entiendan la grandeza de la civilización romana, es decir de las raíces de nuestra propia civilización (Portaceli, 1994, p. 106).*

A proposta de restauro e reabilitação do teatro romano de Sagunto assume enquanto critérios de intervenção, *en primer lugar conservar, consolidar y poner en evidencia los restos auténticos del teatro Romano de Sagunto y restituir el espacio característico y único del Teatro de Sagunto. Elemento básico en un teatro romano es el «frons scaenae» cuya restitución en relación con la cava, se hace indispensable para recuperar la tipología del teatro* (Portaceli, 1994, p. 104). O novo volume do corpo cénico ocupa toda a fachada principal e atinge a altura máxima (estabelecida através da interpretação da ruína). Esta restituição de forma estilizada considera os elementos essenciais à constituição da frente de cena e do muro do *postscaenum*. A funcionalidade do novo equipamento é conseguida através da criação de espaços de apoio ao longo deste volume. Os dois pisos superiores são destinados ao desenvolvimento do museu do teatro e a uma zona de camarins, enquanto que os pisos inferiores se reservam para os serviços técnicos. A construção de uma cobertura metálica sobre a cena reforça o objetivo de um equipamento funcional, garantindo uma boa propagação acústica. Relativamente à *cavea*, restituem-se os assentos da arquibancada, confinando esta reposição ao sector central. Nos limites, no contacto com o corpo cénico, a ruína é mantida a descoberto. A reconstrução da bancada do pórtico superior serve de referência à altura total do conjunto edificado.

Este projeto de restauro e reabilitação de um equipamento romano, tendo em conta a sua envergadura e o seu estado de conservação, constitui um exemplo importante de intervenção sobre o património arqueológico, e por isso, de extrema relevância no desenvolvimento da proposta de intervenção individual de salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico intrínseca à articulação urbana entre Coni

mbriga e Alcabideque.







**Plano estratégico de intervenção de salvaguarda do património arqueológico de Conimbriga de título *Arquitetura e Memória: interpretação e valorização do sítio arqueológico*.**

*Arquitetura e Memória: interpretação e valorização do sítio arqueológico* cognomina o trabalho desenvolvido na unidade curricular anual de *Projeto V*, lecionada pelo Professor Doutor João Paulo Mendes Seíça da Providência Santarém, durante o ano letivo 2014/2015. Com o tema nuclear *Conimbriga*, este trabalho dedicou-se ao estudo, sucinto, das motivações, circunstâncias e particularidades da ocupação romana – condensadas e expressas na edificação do *oppidum* romano, testemunho material da fixação de uma sociedade organizada política, social e urbanisticamente –, das causas e consequências do abandono deste mesmo núcleo urbano e, por fim, das propriedades atuais da estação arqueológica e da sua articulação com os núcleos urbanos mais próximos. Este estudo considerou a *memória* de um território distintivo, testemunho de mais de dois mil anos de desenvolvimento natural e artificial, sujeito à intervenção e ocupação humanas sucessivas, de génese primitiva pré-romana.

A contextualização geográfica da estação arqueológica de Conimbriga na realidade urbana atual incluiu o estudo genérico dos núcleos urbanos que integram a sua freguesia, ou seja, a *União de freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova*, nomeadamente, Alcabideque, Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova. Alcabideque deve a sua prosperidade urbana, durante séculos, aos vestígios do aqueduto romano, principalmente, da torre de captação de água e, Condeixa-a-Velha foi fundada pelos últimos habitantes do *oppidum*. Pelo contrário, Condeixa-a-Nova emergiu em alienação ao património histórico e cultural romano, soterrado. Em qualquer um dos casos, o abandono definitivo e prematuro do *oppidum* romano causou um crescimento desarticulado destes núcleos com a estação arqueológica, descoberta à relativamente pouco tempo. Esta condição constituiu uma imposição ao desenvolvimento turístico integrado de Conimbriga.

O objetivo nuclear, intrínseco à análise teórica do tema em estudo, considerou, desde o início, o desenvolvimento de um plano estratégico de intervenção de salvaguarda do património arqueológico, o qual respondesse, de forma eficaz, aos problemas identificados e beneficiasse as potencialidades do território. Rigorosamente, este plano, decomposto em onze trabalhos individuais, orientou-se segundo três diretrizes: a primeira, de atribuição de infraestruturas e equipamentos adequados à preservação, visitação e divulgação da estação arqueológica; a segunda, de reforço do vínculo, de nível local, com Condeixa-a-Velha e Alcabideque; e finalmente, a terceira, de articulação de Conimbriga com outras estruturas do mesmo carácter arqueológico, considerando-a parte de uma infraestrutura territorial, de carácter nacional.



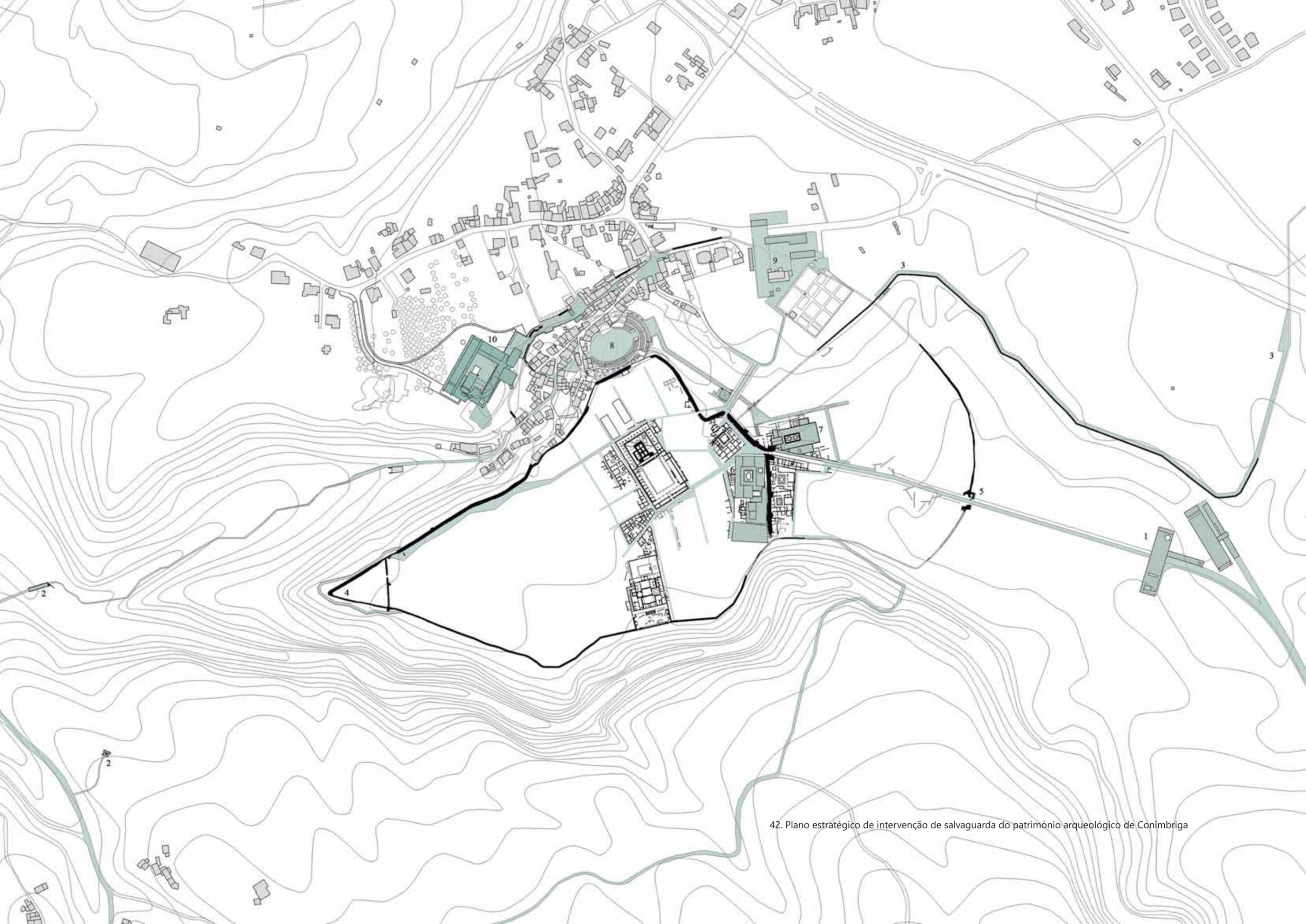
41. Relação visual entre Condeixa-a-Velha e o *forum* romano.

O plano estratégico de intervenção (representado pela planta seguinte) foi decomposto em onze trabalhos individuais, os quais em resposta à identificação dos atuais problemas da estação arqueológica e, por forma a respeitar os vestígios arqueológicos, se submeteram a uma premissa projetual estruturante - qualquer intervenção interior ao perímetro muralhado deve incorporar um sistema construtivo que permita a sua reversibilidade, sem pôr em causa as condições de proteção dos vestígios arqueológicos.

A incumbência de qualquer estação arqueológica compreende a proteção dos vestígios descobertos. Um dos recursos empregues com esta finalidade é a delimitação da área arqueológica que, no caso de Conimbriga, coincide com os limites da muralha augustana. Com base na importância desta imposição burocrática, uma das propostas de intervenção individual compreende a reconstrução interpretativa de alguns tramos de muralha e a inserção dos mesmos num percurso de visita, que inclui o remate em bico da muralha, no limite oeste do *plateau* (4). Outro trabalho referente à muralha propõe a sinalização das portas de entrada na cidade e das principais vias de acesso ao interior, preconizando a reconstituição crítica da porta de *Sellium*, da qual ainda existem vestígios (5).

A muralha determina a área de proteção arqueológica e de salvaguarda patrimonial, relativamente à destruição humana. Contudo reside a imposição em desenvolver mecanismos de proteção dos vestígios contra as condições atmosféricas adversas. Em resposta, duas propostas individuais debruçam-se sobre o desenvolvimento de coberturas de proteção de duas *domus* romanas, respetivamente, da casa de *Cantaber* (6) e da casa dos *Repuxos* (7). A primeira propõe a interpretação volumétrica do edifício romano e integra um percurso interno de visita e, a segunda, em comunhão com as considerações do primeiro capítulo, propõe a substituição da cobertura atual e, compreende a interpretação de uma das principais ruas da cidade romana, a rua do anfiteatro.

Em articulação com esta via, uma outra proposta compreende a reabilitação crítica, parcial, do volume do anfiteatro, reassumindo um carácter funcional, adaptado às necessidades atuais (8). Esta proposta integra a reabilitação de duas habitações unifamiliares devolutas, responsáveis pela preservação dos vestígios romanos, através da implantação coincidente com os túneis abobadados de acesso à *arena* do anfiteatro, pelo limite poente. Esta proposta de intervenção profetiza o estabelecimento de um vínculo social, inevitável e indispensável a estes dois núcleos, sempre dependente da integração de Condeixa-a-Velha num plano de intervenção para Conimbriga. Condeixa-a-Velha, pela sua relação com a estação arqueológica, cedo assegurada pela implantação e fundação urbanas desta localidade contemporânea, clama pela valorização da sua estrutura urbana e social.



42. Plano estratégico de intervenção de salvaguarda do património arqueológico de Conimbriga

A intervenção sobre Condeixa-a-Velha inclui a clarificação dos limites da cidade romana, estudados e intrínsecos à malha urbana desta localidade, mas impercetíveis. Outra proposta de intervenção sobre a aldeia visa a construção de um conjunto de equipamentos (9) capazes de redesenhar a entrada em Condeixa-a-Velha e o adro da Igreja de São Pedro, especificamente, de um albergue para arqueólogos, de um mercado e de um pequeno núcleo museológico.

Na perspetiva de valorização paisagística e topográfica deste território, e de articulação do núcleo rural com o vale de embasamento do esporão calcário de Conimbriga, uma outra proposta interpreta uma rede de percursos, periféricos à estação arqueológica. Esta rede integra a antiga ligação a Olisipo e propõe a reconstituição crítica da *Ponte da Sancha*. Estrategicamente, a articulação desta com o território é garantida pela criação de miradouros e observatórios (2).

O plano de conjunto estabeleceu, desde o início o desmantelamento do volume atual do Museu Monográfico de Conimbriga e, a construção de um novo equipamento museológico (10) no limite poente da localidade de Condeixa-a-Velha – a norte das ruínas, a uma cota próxima da do *oppidum*, no limite entre uma área plana e uma linha de escarpa. Integra o conjunto das propostas estratégicas de intervenção sobre a localidade de Condeixa-a-Velha e o redesenho da muralha augustana. Este novo volume assume uma implantação privilegiada, fundamental na compreensão quer de Conimbriga, quer de Condeixa-a-Velha.

A articulação viária da cidade romana com a rede concelhia é refeita através do redenho da via de acesso às ruínas. Esta proposta repõe, pela interpretação crítica e o estudo topográfico do território, o traçado original da via de acesso principal de ligação do *oppidum* romano a *Sellium*. Na proximidade à estação arqueológica, propõe-se o desenvolvimento de dois volumes que incorporem o programa de receção, estacionamento e restauração (1). Com estes dois volumes pretende-se dar destaque à paisagem natural envolvente e às características geológicas do próprio terreno.

A continuidade desta proposta com os territórios a sul, permite a articulação de Conimbriga com os vestígios da *villa* romana do Rabaçal. A incorporação destes elementos no desenvolvimento do plano é essencial, pela proximidade da *villa* a Conimbriga e, pelo vínculo que estas estruturas fundiárias tinham com os núcleos urbanos que as tutelavam. No Rabaçal, além da proposta de uma cobertura de proteção das ruínas, é projetado um novo equipamento de musealização, *in situ*.

Finalmente, resta a articulação de Conimbriga com Alcabideque. Esta é garantida através de uma proposta de intervenção que desenvolve um percurso, pedonal e ciclável, contíguo aos vestígios do aqueduto romano (3). O percurso identifica os troços remanescentes e desenvolve um canal artificial de distribuição de água, de implantação e dimensão idênticas ao traçado original das secções destruídas. Integra os sistemas de irrigação agrícola, em Alcabideque, e propõe a reconstituição crítica de quatro troços destruídos do aqueduto, dois intramuros e, outros dois já no exterior do limite muralhado.



**Proposta de intervenção individual intrínseca à articulação urbana entre Conimbriga e Alcabideque, considerando o traçado original do aqueduto romano.**

A *memória* do território, de articulação entre a localidade de Alcabideque e a estação arqueológica de *Conimbriga*, é consequência de intervenções estimuladas pelas características morfológicas desta área de implantação, em particular pela qualidade e capacidade dos recursos hídricos. Uma dessas intervenções, nomeadamente a romana, promove a articulação destes dois núcleos urbanos através da construção do aqueduto romano de abastecimento do *oppidum*. O somatório das ações humanas ao longo do tempo, desconhecedoras do significado desta infraestrutura provocou o desenvolvimento de um ambiente desarticulado entre o *oppidum* romano e as localidades vizinhas, nomeadamente Condeixa-a-Velha e Alcabideque.

A particularidade inerente à estação arqueológica, de não ter sofrido grandes sobreposições urbanas, conduziu o interesse do Professor Paulo Providência a desenvolver, na unidade curricular anual de Projecto V, um programa estratégico sobre o sítio de *Conimbriga*, do qual faz parte esta proposta de intervenção individual. O programa desta disciplina considerou problemas contemporâneos de salvaguarda patrimonial, especificamente, sobre contexto arqueológico, elegendo como objeto de estudo o sítio arqueológico de Conimbriga. Sob o tema de Conimbriga - *Arquitetura e Memória: Interpretação e valorização do sítio arqueológico*, a escolha deste território de intervenção surge da proximidade a Coimbra. Ademais, segundo o docente, Conimbriga é um exemplo singular nos *processos de romanização ibéricos pois contrariamente a cidades (...) em que a edificação se foi sobrepondo em camadas até à atualidade, o abandono progressivo dessa estrutura permitiu a sua conservação sem as sobreposições da Idade Moderna. Por isso mesmo, Conimbriga se associa a outros lugares arqueológicos cuja existência se deve à interpretação que suscitam; essa interpretação (...) pode ser ali observada pelo conjunto de diversas interpretações realizadas ao longo do tempo.*

O desenvolvimento de um plano estratégico de intervenção de salvaguarda do património arqueológico compreendeu, primeiramente, o estudo e a interpretação da área de intervenção, a qual *garante e sustenta a liberdade criativa (...)*. Já que, *não existindo regras universais, codificadas, (...) o método nasce de cada caso.* (Dias & Alarcão, 2008, p. 78). Posteriormente, identificou os problemas intrínsecos à preservação, divulgação e visitação da estação arqueológica, intimamente ligados à falta de planeamento administrativo do *oppidum* e à desarticulação deste com localidades como Condeixa-a-Nova, Condeixa-a-Velha, Alcabideque e Rabaçal.



○ Vestígios do aqueduto romano. ● Canal de água artificial. ● Núcleos de ancoragem. ● Pontos de paragem ou contemplação.

43. Proposta de intervenção de um percurso museológico, evocativo do aqueduto romano de Conimbriga.

A proposta de intervenção individual, intrínseca à articulação urbana entre Conimbriga e Alcabideque, compreende a consciência de que a fundação e evolução urbanas do *oppidum* romano procederam da capacidade e qualidade das fontes de água que o abasteceram. Por isso, esta proposta considera o traçado do aqueduto romano, segundo os levantamentos realizados por Jorge de Alarcão e Robert Étienne e reunidos na monografia *Fouilles de Conimbriga*. Além disso considera os cursos de água que constituem o sistema de irrigação agrícola de Alcabideque. Não se cinge ao património arqueológico específico da sociedade romana, mas a todo o património arqueológico, arquitetónico e paisagístico, o qual se constitui reflexo da ocupação sucessiva do território e, testemunho importante da identidade da população residente.

A proposta de intervenção individual traduz o desenvolvimento de um percurso de carácter museológico e interpretativo, destinado à mobilidade pedonal e ciclável. Com uma extensão de aproximadamente três mil e cinquenta metros, desenvolve-se ao longo de um território dominado pela intervenção natural. Cinge-se, como suprarreferido, à área contígua ao traçado da infraestrutura hidráulica romana e sinaliza os troços remanescentes. Entre os vestígios desenvolve um canal de água artificial, com implantação e largura semelhantes à constituição original desta infraestrutura. Além disso, estabelece a ligação entre dois núcleos, o primeiro, de carácter social, compreende o centro urbano da localidade de Alcabideque e, o segundo, de carácter arqueológico, compreende os vestígios do aqueduto na aproximação e penetração no *oppidum* romano. Especificamente, esta ligação caracteriza-se por duas linhas de pavimentação permeável, destinadas ao usufruto pedonal e ciclável, acompanhadas em toda a extensão por uma linha contínua de vegetação alta. A linha pedonal, constituída por grelha de enrelvamento camufla-se nos campos agrícolas e bolsas florestais. O circuito ciclável, com um revestimento em brita fina branca, pelo contrário, demarca-se do território que percorre. O percurso, na sua extensão apresenta sete pontos de paragem, constituídos por pequenos abrigos de aço, dedicados à paragem ou à contemplação dos vestígios arqueológicos. Estes elementos integram pontos de recolha de resíduos, sinalética de orientação e iluminação elevada. A restante iluminação é feita por encastramento no pavimento ou inclusão no canal artificial.

A proposta de intervenção individual, além de promover a salvaguarda do património e estimular o desenvolvimento turístico do município, ambiciona a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo o uso de meios de transporte não poluentes, assegurando a otimização do acesso à educação, ao desporto, à cultura e ao lazer e a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos nas estruturas concelhias. A proposta tem, assim, como desígnio o desenvolvimento de uma intensa dinâmica e nova cumplicidade entre a população e a estação arqueológica.



44. Projeto de intervenção para o núcleo social e cultural (planta à escala 1/2500).

## Núcleo Social e Cultural

O primeiro núcleo de carácter social e cultural implanta-se no limite oeste da localidade de Alcabideque, fragmento norte da freguesia de Condeixa-a-Velha, do Concelho de Condeixa-a-Nova. Circunscreve-se a um fragmento de qualificação de solo misto, especificamente, espaço agrícola e urbanizado. Além disso integra, naturalmente, a *zona de proteção do conjunto dos restos do aqueduto romano de Conímbriga e do castellum de Alcabideque*, segundo o Plano Diretor Municipal de Condeixa-a-Nova. Este núcleo submete-se, maioritariamente, à malha urbana existente, respeitando uma identidade urbana pré-estabelecida.

Este núcleo compreende a reestruturação do *Parque de Santo António*, um lote delimitado, atualmente, a oeste, por terrenos agrícolas, a sul, por habitações unifamiliares e, a norte e este, pela infraestrutura viária de acesso a Alcabideque. Este parque integra vestígios arqueológicos do aqueduto romano de Conimbriga, nomeadamente a torre de captação, *uma torre de planta rectangular, com 7,30 × 6,17 m, conservada ainda a uma altura de 6,5 m acima do solo actual* (Étienne, 1974, pp. 284 e 285). Integra, também, a bacia de captação à beira da qual se ergue a torre, *uma lagoa cintada de muros, cuja cronologia nos levanta problemas*. (Étienne, 1974, pp. 284 e 285). Integra, ainda, os vestígios arquitetónicos de um aqueduto particular do século XVII, constituído, originalmente, por uma roda hidráulica e pilares de pedra sustentando o canal de distribuição, e de um reservatório posterior ao aqueduto, mas abastecido pela mesma roda.

Este núcleo inclui a restituição da roda hidráulica de alimentação do aqueduto seiscentista, considerando as necessidades atuais, que não incluem o abastecimento da habitação, mas do tanque de rega; a criação de uma plataforma de acesso ao interior da torre de captação; o restauro do reservatório/tanque de água e a reconstrução do volume de cobertura do poço circular de decantação do aqueduto romano. Além disso, e por forma a incluir outros elementos de valor patrimonial, nomeadamente o (...) *Oratório dedicado a St António, forrado de azulejo, com 2 pináculos e frontão triangular encimado de cruz e óculo central, em provável lugar de um antigo altar romano dedicado ao culto das águas* (Correia, 2010), um oratório a norte e, a Capela de Santa Maria Madalena (corpo simples com campanário lateral e fachada revestida de azulejos.), torna-se essencial o redesenho e repavimentação das infraestruturas viárias locais, pedonais e rodoviárias, de acesso a todos os equipamentos.

A proposta de intervenção sobre este núcleo inclui a reabilitação de um lagar de varas. Implantado junto ao limite poente da localidade, este equipamento *industrial* absorve uma linha de água necessária ao seu funcionamento, dependente de um sistema hidráulico, alimentado por uma roda de água. Além disso, compreende a restituição dos seus dois moinhos hidráulicos.

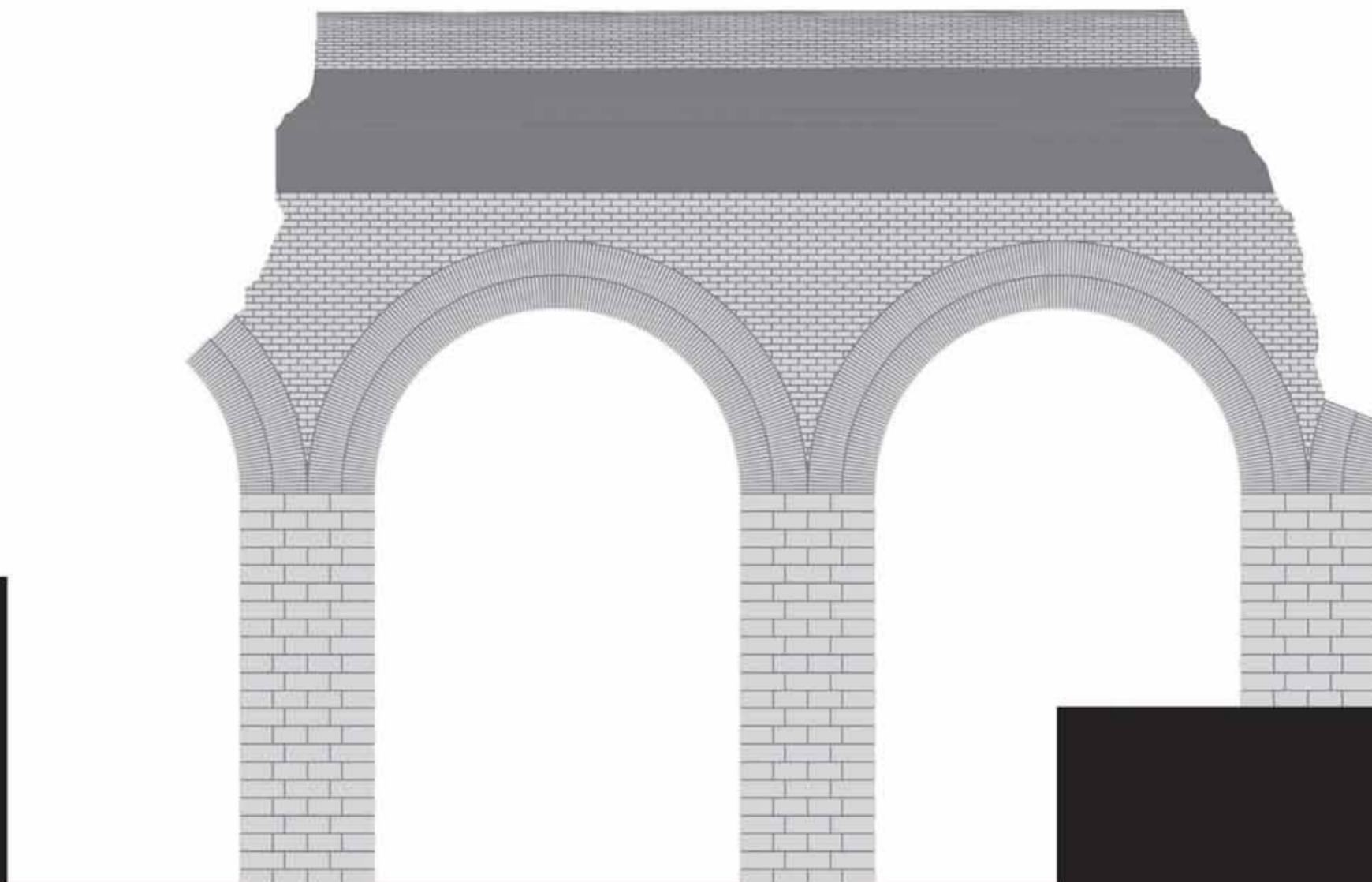


45. Projeto de intervenção para o núcleo arqueológico (planta à escala 1/2500).

### Núcleo Arqueológico

O último núcleo, denominado de *núcleo arqueológico*, integra a secção conservada do aqueduto romano, a sul da estrada nacional n.º 347. Apresenta, deste modo, uma extensão de, aproximadamente, oitocentos e quarenta e quatro metros (desde a sua eclosão nesta área florestal até ao *castellum aquae*, intramuros) e encontra-se inserido numa área, predominantemente, agrícola e florestal, próxima, naturalmente, ao *oppidum* romano de *Conimbriga*. *Deste ponto até às ruínas, o aqueduto segue um traçado de configuração geral em LL com numerosos cotovelos* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 286), acompanhado por dois percursos pedonais, um pela parte inferior e outra pela parte superior. À cota inferior, o percurso acompanha o aqueduto até à interseção com a muralha augustana, contornando-a até à porta monumental de entrada na cidade. À cota superior, o percurso acompanha o traçado da infraestrutura até ao ponto intramuros, no qual se iniciava, originalmente, o troço em arcaria. Segundo o livro *A água e a persistência do Homem*, deste ponto emergia um segundo troço, com as mesmas características, mas direção oposta. Neste ponto existiria também uma pequena fonte, reposta por esta intervenção. Este ponto articula-se ou com o alinhamento da via romana de acesso a *Aeminium* e com a entrada na estação arqueológica ou, através de uma escadaria, com o troço do aqueduto reconstituído.

Como supra exposto, no capítulo *Memória*, o tramo urbano, intramuros, do aqueduto, em adequação às características topográficas do terreno de implantação, era desenvolvido em arcaria. Lamentavelmente, *todos os arcos desapareceram com exceção do último do lado poente*. (Étienne & Alarcão, 1974, p. 287). Sumariamente, deste tramo, restam alguns vestígios da sua implantação e constituição, nomeadamente, quatro bases dos pilares de sustentação dos arcos. Contudo, o número de vestígios desta secção condiciona a perceção desta infraestrutura a qual, pela profundidade do vale que cruzava, garantia uma escala monumental e, pela direção relativamente à disposição da cidade, das vias e da muralha, organizava, com certeza, o *oppidum* romano. Este condicionamento desfavorável, principalmente para os visitantes, deve ser tido em conta em qualquer área de intervenção sobre património arqueológico, considerando que as propriedades pedagógicas e interativas de um sítio arqueológico devem ser exponenciadas em prol da sua leitura, compreensão e exploração. Além disso, relativamente a este tramo do aqueduto de *Conimbriga*, devemos considerar a falta de exploração arqueológica, na tentativa de encontrar outros vestígios, nomeadamente, as bases dos pilares que, na possibilidade de serem constituídas em parte em tufo talhado, devem permanecer relativamente intactas.



46. Reconstituição crítica do troço em arcaria do aqueduto romano de Conimbriga.

Intervir sobre património depreende, efetiva e naturalmente, reflexões acerca dos limites de intervenção. Em contexto com esta realidade, a principal intervenção neste núcleo resume-se à restituição de dois dos dezasseis arcos do aqueduto romano de Conimbriga, imediatamente a oeste dos elementos reminiscentes da sua construção original descritos na monografia *Fouilles de Conimbriga*. Todas as conclusões, enunciadas nas duas principais exposições literárias, onde se resumem os levantamentos arqueológicos realizados sobre os vestígios do aqueduto romano, regem a proposta de restituição da respetiva infraestrutura.

Embora a construção desta infraestrutura hidráulica neste tramo, especificamente, fosse constituída pela combinação de pedra e tijolo (este último, utilizado no levantamento do arco), a restituição aqui apresentada opta pela utilização de um único material que, pela diferenciação dimensional e cromática, permite a compreensão dos sistemas e materiais construtivos novos e originais. A adequação dimensional considera a articulação entre dimensões contemporâneas e dimensões romanas.

Respeitando as dimensões da base do pilar, considerando a escolha do tijolo como material de eleição na construção destes dois arcos e as dimensões contemporâneas de tijolo estrutural, propõe-se para a operação de restituição o uso de tijolos estruturais de área base diferentes, mas com uma altura regular de 22,2 cm, ou seja,  $\frac{3}{4}$  de pé romano.

Considerando a restituição gráfica precedente, da constituição dos arcos do aqueduto romano e da aproximação ao arco original, e considerando as dimensões (normalizadas) romanas de tijolo, a opção adotada recai sobre dois dos quatro formatos, de base quadrangular, nomeadamente, o formato *sesquipedales*, com um pé e meio de lado, ou seja, 44,4 cm de lado. Como *os últimos pilares de assentamento dos arcos distam de 6,77m, medidos de centro a centro* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 286), duas linhas de arcos em tijolo resolvem esta distância e permitem a sustentação do canal superior.

Esta obra de repriminção, apesar do emprego de materiais contemporâneos, apresenta características semelhantes à construção original, no que diz respeito, principalmente, aos métodos construtivos, ao material construtivo e às suas dimensões. A reposição quase fidedigna da materialidade permite uma exposição clara das características e métodos construtivos originais que, embora presentes nas ruínas do aqueduto, ganham uma nova clareza com esta restituição, importante na transmissão deste tipo de conhecimento mais específico.

A proximidade desta construção da muralha capacita o visitante de uma noção mais precisa da escala, não só do aqueduto, mas da própria cidade romana, tanto sob o domínio flaviano, com o cruzamento da infraestrutura hidráulica com as infraestruturas viárias confinantes, como nas alterações baixo-imperiais, com a construção da segunda linha de muralha.



Arquitetura e memória são dois conceitos indissociáveis, na interpretação e intervenção críticas do arquiteto sobre o património arqueológico ou arquitetónico. O nosso sentido de identidade está associado ao estudo das referências históricas, à construção da *memória*. A disciplina da arquitetura atua sobre a *memória*, considerando sempre a sua proteção e consolidação.

A *memória* do território em estudo, latente à freguesia *União de freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova*, do município de Condeixa-a-Nova, o qual compreende as localidades que a definem e, ainda, Alcabideque e a estação arqueológica de Conimbriga, está vinculada à ocupação humana sucessiva. O interesse por este ambiente natural traduz o reconhecimento humano das suas potencialidades topográficas e hídricas. Conimbriga, enquanto testemunho arqueológico da fixação de uma sociedade organizada, política, social e urbanisticamente, é exemplo de como o desenvolvimento urbano depende das condições de defesa naturais geradas pela conformação topográfica do *plateau* de implantação e, pela presença e qualidade dos cursos naturais de água.

A água é um recurso de valor funcional essencial, estando vinculada a serviços básicos de subsistência e higiene. Para a sociedade romana é também um recurso de ordem simbólica e sagrada. Estes valores estão impressos na arquitetura pública romana, na construção de aquedutos e equipamentos termais. *Os aquedutos, tal como os templos e os arcos de triunfo, cantam a majestade romana. Poder dispor de uma água que já não é necessário retirar penosamente de um poço ou recolher em fonte natural, ouvi-la murmurar nas fontes públicas, no meio da rua, vê-la jorrar no peristilo das casas senhoriais, admirá-la aí nos repuxos, encontrá-la, quente, nas banheiras do caldário e fria, nas grandes piscinas das termas – eis a revolução que o conquistador oferece ao vencido* (Étienne & Alarcão, 1974, p. 283). Em Conimbriga, o aqueduto romano é o exemplo por excelência da articulação entre o conhecimento técnico e os cultos da água, entre o domínio do território e o desenho do espaço urbano.

A destruição da única infraestrutura hídrica da cidade provocou o seu abandono definitivo e, permitiu que a natureza recuperasse o seu *layout* natural, soterrando qualquer vestígio de ocupação civilizacional e, protelando a descoberta do mesmo até ao século XIX. Esta condição permitiu o desenvolvimento desarticulado dos núcleos urbanos vizinhos ao *oppidum*. Com a descoberta de Conimbriga e, incitadas pelo interesse arqueológico, desenvolveram-se sucessivas campanhas de escavação que, por conseguinte, conduziram a novas intervenções. Intervenções essas que não visaram apenas a escavação ou consolidação das ruínas, mas também a institucionalização do espólio arqueológico exumado numa estação arqueológica. Das várias campanhas de escavação destaca-se o trabalho da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais e a Missão Luso Francesa. Desta última cooperação resultam a descoberta do centro monumental e a síntese histórica do *oppidum* romano.



Conimbriga, enquanto resultado de todos estes processos, apresenta uma quantidade desafiadora de problemas estruturantes. Esses problemas ocasionam a deficiente compreensão do núcleo urbano romano, dificultam a relação deste com localidades vizinhas, nomeadamente, com Condeixa-a-Velha, Condeixa-a-Nova e Alcabideque, e impedem o desenvolvimento da estação arqueológica. Resumidamente, esses problemas consistem na falta de equipamentos e infraestruturas adequadas à sua preservação, visita e divulgação, enquanto ponto de interesse cultural e turístico. Muitas das intervenções que foram realizadas nos últimos anos não se adequaram nem à realidade urbana local, nem à conformação urbana estudada da cidade romana de Conimbriga, desrespeitando, no que concerne a esta última, o seu limite, a sua organização e as suas ruínas.

O objetivo nuclear, intrínseco à análise teórica do tema em estudo, foi o de desenvolver um plano estratégico de intervenção de salvaguarda do património arqueológico, o qual respondesse, de forma eficaz, aos problemas identificados, e beneficiasse das potencialidades do território. Como apresentado anteriormente, este plano orientou-se segundo três diretrizes: a primeira, de atribuição de infraestruturas e equipamentos adequados à preservação, visita e divulgação da estação arqueológica; a segunda, de reforço do vínculo, de nível local, com Condeixa-a-Velha e Alcabideque; e finalmente, a terceira, de articulação de Conimbriga com outras estruturas do mesmo carácter arqueológico, considerando-a parte de uma infraestrutura territorial, de carácter nacional.

A proposta de intervenção individual, intrínseca à articulação urbana entre Conimbriga e Alcabideque, compreende a consciência de que a fundação e evolução urbanas do *oppidum* romano procederam da capacidade e qualidade das fontes naturais de água que o abasteceram. Por isso, esta proposta considera o traçado do aqueduto romano segundo os levantamentos realizados por Jorge de Alarcão e Robert Étienne, reunidos na monografia *Fouilles de Conimbriga*. Além disso considera junto da localidade rural, os cursos de água que constituem o sistema de irrigação agrícola de Alcabideque. Não se cinge ao património arqueológico específico da sociedade romana, mas a o património arqueológico, arquitetónico e paisagístico que se constitui reflexo da ocupação sucessiva do território, e testemunho importante da identidade da população residente, ou seja, da sua memória.



## Referências bibliográficas

- Adam, J-P. (2005). *La construction romaine: matériaux et techniques* (4.<sup>a</sup> ed.). Paris: Éditions A. et J. Picard.
- Alarcão, A. (1988). *O sítio de Conímbriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural; Centro de Estudos e Formação; Departamento de Etnologia.
- Alarcão, A. & Correia, V. H. (1994). Cerâmicas comuns da Idade do Ferro de Conímbriga. In I. Pereira & J. de Encarnação (eds.). *Idade do Ferro: catálogo* (pp. 99-102). Figueira da Foz: Serviços Culturais, Museu da Figueira da Foz.
- Alarcão, A. & Duarte, A. L. (1997). *Portugal romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Alarcão, A., Mayet, F. & Nolen, J. U. S. (1989). *Roteiros da arqueologia portuguesa 2: ruínas de Conímbriga* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- Alarcão, J. de (1974). *Portugal romano*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Alarcão, J. de (1988). *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: publicações Europa-América.
- Alarcão, J. de (1988). *Roman Portugal* (vols. 1-2). Warminster: Aris & Philips.
- Alarcão, J. de (1999). *Conímbriga: o chão escutado*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Alarcão, J. de (2004). *In território Colimbric: lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Alarcão, J. de (2004). *Introdução ao estudo da tecnologia romana*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- Alarcão, J. de (2010). *As casas da zona B de Conímbriga*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.



Alarcão, J. & Étienne, R. (eds.) (1997a). *Fouilles de Conimbriga: l'architecture*, 1. Paris: Diffusion E. de Boccard Deposit.

Alarcão, J. & Étienne, R. (eds.) (1997b). *Fouilles de Conimbriga: l'architecture*, 2. Paris: Diffusion E. de Boccard Deposit.

Alarcão e Silva, P. D. S. de (2009). *Construir na ruína: a propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, Porto.

Bacon, E. N. (1995). *Design of cities*. London: Thames and Hudson.

Barreiros, G. (1546). *Chorographia de alguns lugares*. Disponível em <http://books.google.pt/books?idXNiAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=ptPT#v=onepage&q&f=false>.

Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova (2009). *1ª Revisão do Plano Director Municipal de Condeixa-a-Nova: estudos de caracterização*, 1. Condeixa-a-Nova: Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

Choay, F. (2008). *Alegoria do património* (3.ª ed.). Lisboa: Edições 70.

Coelho, F. M. M. (2016). *O sítio arqueológico de Conimbriga: proposta de um novo museu*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Conceição, A. dos S. & Gaspar, J. M. (1983). *Condeixa-a-Nova* (2.ª ed.). Coimbra: José Maria Gaspar.

Corboz, A. (2001). *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon: Éditions de l'Imprimeur.

Correia, J., Pessoa, M., Rodrigo, L., Brignone, O. & Pita, S. (2010). *A água e a persistência do homem: torre da nascente da Alcabideque: regadios e aqueduto de Conímbriga: catálogo: apontamento museológico de desenho e fotografia* (1887-2010). Condeixa: Câmara Municipal.



Correia, V. (1916) Conímbriga: a camada pré-romana da cidade (notas de uma exploração de dez dias em Condeixa-a-Velha). *O Archeologo Português*, vol. XXI (série I), pp. 252-264.

Correia, V. (1958). *Conimbriga*. Coimbra: s. n.

Correia, V. H. (2009). Os espaços forais de Conimbriga. In P. Mateos (Ed.), *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del mediterráneo occidental*, (pp. 397-406). Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Correia, V. H. & Alarcão, P. (2008). Conímbriga: um ensaio de topografia histórica. *Conimbriga*, vol. LVII, pp. 31-46.

Correia, V. H., Ruivo, J. da S. & Ribeiro, J. D. (2003). *Conimbriga: guia das ruínas*. Porto: Edições Asa.

Costa, J. A. & Melo, A. S. (eds.) (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa* (7.<sup>a</sup> ed.) Porto: Porto Editora.

Costa, L. (1995). Considerações sobre arte contemporânea. In L. Costa. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes.

Costa, A. A. & Fernandez, S. (2014). *Atelier 15*. Lisboa: Uzina Books.

Cunha, L. (2003). Maciço de Sicó: valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local. In L. Caetano (coord.). *Territórios: do global ao local e trajetórias de desenvolvimento* (p. 285-198). Coimbra: Centro de Estudos Geográficos.

Dias, L. T. & Alarcão, P. (coord.) (2011). *Interpretar a ruína, contribuições entre campos disciplinares: actas do seminário internacional de arquitectura e arqueologia - FAUP 2008*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações.

Decreto-lei n.º 67/97 de 31 de dezembro, *Diário da República n.º 301 – I Série-B*. Ministério da Cultura. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1997/12/301B00/68926903.pdf>.



Decreto-lei nº 107/2001 de 8 de setembro, *Diário da República n.º 209/2001 – I Série-A*. Assembleia da República. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1948). *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: ruínas de Conimbriga*, 52-53. Porto: Empresa Industrial Gráfica.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1964). *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: ruínas de Conimbriga*, 116. Porto: Empresa Industrial Gráfica.

Étienne, R. & Alarcão, J. (1974). *O aqueduto romano de Conimbriga: relatório preliminar*. Porto: III Congresso Nacional de Arqueologia.

Fortes, M. L. S. (2008). *A gestão de água na paisagem romana no ocidente peninsular*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, Departamento de História I, Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha.

Foster, N. (2014). The role of architecture in today's society. *The European*. Disponível em <http://www.theeuropean-magazine.com/norman-foster/9114-the-role-of-architecture-in-today-society>.

Guerra, A. M. R. (1995). *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.

Llanza, I. R. de (2004). *Aqua romana: técnica romana e força divina*. Barcelona: Museu das Águas da Fundação Agbar.

Oleiro, J. M. B., Alarcão, A. & Alarcão, J. de (1970). *Conimbriga: roteiro do museu e das ruínas*. Conimbriga: Museu Monográfico de Conimbriga.

Mantas, V. G. (2012). *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano.

Mantas, V. G. (2014). As estradas viárias lusitanas nas fontes Itinerárias da Antiguidade. *Humanitas*, vol. LXVI, pp. 231-256.

Pessoa, F. (2009). *Citações e pensamentos de Fernando Pessoa*. Lisboa: Casa das Letras.



Pessoa, M. (1991). *A muralha augustana de Conímbriga, Condeixa-a-Velha: elementos de estudo*. Condeixa: s.n.

Portaceli, M. (1994) La rehabilitación del teatro romano de Sagunto. *Braçal*, (n.º 10), pp.101-106. Disponível em <http://www.cecmorvedre.com/files/common/not/2008013013.pdf>.

Reis, M. P. M dos (2000). *As termas e os balneários romanos da Lusitânia*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Reis, M. P. M. dos (2009). *A água como elemento decorativo e a simbologia dos edifícios hidráulicos na Lusitânia Romana: alguns exemplos*. Napoli: Università.

Relvas, J. P. P. P. (2014). *Rotas interpretativas – Condeixa-a-Nova: transição entre o Baixo-Mondego – vale do Maciço de Sicó*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Vitrúvio, Maciel. M. J. P. & Howe, T. N. (2006). *Tratado de arquitectura*. Lisboa: IST Press.

Zumthor, P. (2005). *Pensar a arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.



(p. 26, 1). Disponível em [http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta\\_de\\_condicionantes\\_31438\\_5.jpg](http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_31438_5.jpg).

(p. 28, 1). Retirada de **Alarcão, A.** (1988). *O sítio de Conímbriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. Centro de Estudos e Formação. Departamento de Etnologia.

(p. 30, 1). Fotografia da autora.

(p. 32, 1). Retirada de **Mantas, V. G.** (2014). As estradas viárias lusitanas nas fontes Itinerárias da Antiguidade. *Humanitas*, vol. LXVI, pp. 231-256.

(p. 34, 1). Retirada de **Correia, V. H. & Alarcão, P.** (2008). Conímbriga: um ensaio de topografia histórica. *Conimbriga*, vol. LVII, pp. 31-46.

(p. 36, 1). Fotografia da autora.

(p. 38, 1). Disponível em: [https://www.guiadacidade.pt/static/co/upload\\_img/2000/1073/thumb\\_800\\_1364029821.jpg](https://www.guiadacidade.pt/static/co/upload_img/2000/1073/thumb_800_1364029821.jpg).

(p. 40, 1). Desenho da autora.

(p. 42, 1). Fotografia da autora.

(p. 46, 1). Retirada de **Correia, V. H. & Alarcão, P.** (2008). Conímbriga: um ensaio de topografia histórica. *Conimbriga*, vol. LVII, pp. 31-46.

(p. 48, 1). Fotografia da autora.

(p. 48, 2). Fotografia da autora.

(p. 50, 1). Retirada de **Coelho, F. M. M.** (2016). *O sítio arqueológico de Conímbriga: proposta de um novo museu*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.



(p. 50, 2). Disponível em [http://2.bp.blogspot.com/-9qfoOCX\\_Rk/UVNiGmRajcI/AAAAAAAAEL8/5pir d1UXM5A/s1600/Largo+Artue+Barreto.jpg](http://2.bp.blogspot.com/-9qfoOCX_Rk/UVNiGmRajcI/AAAAAAAAEL8/5pir d1UXM5A/s1600/Largo+Artue+Barreto.jpg).

(p. 51 e 52, 1). Disponível em <https://i.pinimg.com/originals/c0/35/28/c035287fcbef8f460c5db67051c0153e0.jpg>.

(p. 56, 1). Disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1).

(p. 58, 1). Retirada de **Alarcão, A.** (1988). *O sítio de Conímbriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. Centro de Estudos e Formação. Departamento de Etnologia.

(p. 60, 1). Disponível em [http://www.voyagevirtuel.com/portugal/bigphotos/conimbriga\\_1418.jpg](http://www.voyagevirtuel.com/portugal/bigphotos/conimbriga_1418.jpg).

(p. 62, 1). Desenho da autora.

(p. 62, 2). Retirada de **Coelho, F. M. M.** (2016). *O sítio arqueológico de Conimbriga: proposta de um novo museu*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

(p. 64, 1). Fotografia da autora.

(p. 64, 2). Fotografia da autora.

(p. 66, 1). Fotografia da autora.

(p. 68, 1). Fotografia da autora.

(p. 72, 2). Disponível em <https://www.google.pt/maps/place/Condeixa-a-Velha/@40.1011435,-8.4849888,1999m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd225899d2f5cf4d:0x5c36d32a16806c0e!8m2!3d40.1020292!4d-8.495251?hl=pt-PT>.

(p. 74, 1). Fotografia do autor.

(p. 74, 2). Fotografia do autor.



(p. 80, 1). Disponível em [http://2.bp.blogspot.com/-2FV5mBwYnPQ/TZD1Iv\\_JwI/AAAAAAAAACE/2099ukOLclE/s1600/DSC04898.JPG](http://2.bp.blogspot.com/-2FV5mBwYnPQ/TZD1Iv_JwI/AAAAAAAAACE/2099ukOLclE/s1600/DSC04898.JPG).

(p. 82, 1). Disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1).

(p. 82, 2). Fotografia da autora.

(p. 84, 1). Retirada de **Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais** (1948). *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: ruínas de Conimbriga*, 52-53. Porto: Empresa Industrial Gráfica.

(p. 84, 2). Retirada de **Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais** (1948). *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: ruínas de Conimbriga*, 52-53. Porto: Empresa Industrial Gráfica.

(p. 88, 1). Disponível em <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/media/cache/fd/a6/fda6f3fcbcd334408f09cfaeb38b6ce9.jpg>.

(p. 88, 2). Disponível em <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/media/cache/1c/9e/1c9e7b4daa6e753b48a92db59fe24d26.jpg>.

(p. 90, 1). Retirada de **Costa, A. A. & Fernandez, S.** (2014). *Atelier 15*. Lisboa: Uzina Books.

(p. 94, 1). Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/622781/a-essencia-do-rerecuperaropassado-atraves-da-arquitetura>.

(p. 94, 2). Disponível em <https://www.google.pt/search?q=Teatro+romano+de+sagunto&dcr=0&tbs=isch&source=Int&tbs=isz:l&sa=X&ved=0ahUKEwjbs02W4MDWAhWGPBQKHAN1ALAQpwUIHQ&biw=1920&bih=925&dpr=1#imgsrc=tbNJQ2I7ONWsXM:>

(p. 96, 1). Desenho da autora.

(p. 96, 2). Desenho da autora.



(p. 98, 1). Fotografia da autora.

(p. 99, 1). Fotografia da autora.

(p. 102, 1). Fotografia da autora.

(p. 104, 1). Retirada de **Coelho, F. M. M.** (2016). *O sítio arqueológico de Conimbriga: proposta de um novo museu*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

(p. 108, 1). Desenho da autora.

(p. 110, 1). Desenho da autora.

(p. 112, 1). Desenho da autora.

(p. 114, 1). Desenho da autora.



Coimbra, setembro de 2017